

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM-MS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

CLADIS ROSANE KRONBAUER SCAPINI

**ANÁLISE AMBIENTAL E REFLEXOS ECONÔMICOS DO
ASSENTAMENTO RETIRADA DA LAGUNA, GUIA LOPES
DA LAGUNA - MS**

**JARDIM-MS
2011**

CLADIS ROSANE KRONBAUER SCAPINI

**ANÁLISE AMBIENTAL E REFLEXOS ECONÔMICOS DO
ASSENTAMENTO RETIRADA DA LAGUNA, GUIA LOPES
DA LAGUNA - MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de ensino de Jardim, como parte das exigências para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

**JARDIM-MS
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

Scapini, Cladis Rosane Kronbauer.

Análise Ambiental e Reflexos Econômicos do Assentamento Retirada da Laguna,
Guia Lopes da Laguna/MS.

Cladis Rosane Kronbauer Scapini.

Jardim-MS, p. 2011.

1. Movimentos Social no Campo 2. Meio Ambiente 3. Sustentabilidade.

Scapini, Cladis Rosane Kronbauer.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste TCC somente para propósitos acadêmicos e científicos.

TERMO DE APROVAÇÃO

CLADIS ROSANE KRONBAUER SCAPINI

**ANÁLISE AMBIENTAL E REFLEXOS ECONÔMICOS DO ASSENTAMENTO
RETIRADA DA LAGUNA, GUIA LOPES DA LAGUNA - MS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. MSc. Marileti Osmari

Prof^a. do Curso de Geografia, UEMS

Prof^o. Dr. Sidney Kuerten

Prof^o. do Curso de Geografia, UEMS

Prof^a. Dr^a. Eva Faustino

Prof.^a do Curso de Geografia, UEMS

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho em primeiro lugar, a minha família, pelo apoio, compreensão, e pela paciência nos dias mais difíceis.

A todos os meus amigos e professores que sempre me deram forças para continuar os estudos.

A minha orientadora, professora e amiga MSc. Marilete Osmari, que dispôs do seu tempo para compartilharmos seus valiosos conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado força e coragem diante das dificuldades nesses quatro anos.

Aos meus pais, pela educação inicial que recebi, pela honestidade, e pela dignidade.

Ao Jair, meu esposo, pela paciência, dedicação e ajuda nessa caminhada.

Agradeço ao meu filho Juliano, pela ajuda, minha nora Ana pelo incentivo e principalmente a minha neta Julia pelas alegrias que tem me dado.

Não poderia esquecer de agradecer aos meus colegas da carona: Rosangela, Djimi e Maria Alice, pelas alegrias proporcionadas no trajeto até a universidade e principalmente pela conversa colocada em dia.

A professora e orientadora MSc. Marilete Osmari, pela amizade, disponibilidade, e atenção.

Aos meus colegas de grupo de trabalho; Francieli, Rosangela, Vanilson, Joelson, Rosimeire e Alexandre.

Não poderia deixar de agradecer ao Renato, Joelson meu compadre e o Roneito, por cederem suas residências para as festas de confraternização da turma e em especial aos festeiros.

Agradeço a Eliane Henrique, pelo tempo disponível e pela colaboração.

Agradeço a Polícia Ambiental de Jardim, pelo auxílio prestado em minha pesquisa a campo.

A UEMS, pela oportunidade de aprendizado.

Aos funcionários, em especial a Adriane, André e Hudson.

Aos professores, pela dedicação, apoio e debates muitas vezes acalorados, mas que serviram para melhor formação de opiniões aos futuros docentes.

Agradeço aos moradores ribeirinhos, do Assentamento Retirada da Laguna, que tão bem me receberam em suas residências.

A Francieli, Camila e Rosangela por compartilharem a maioria das viagens a campo juntas e que foram inesquecíveis.

Agradeço a todos os meus colegas: Francieli, Rosangela, Camila, Maria Alice, Fabrício, Alexandre, Bruna, Joseane, Joelson, Rosemeire, Djimi, Oleandro, Renato, Tamiris, Erci, Vanilson, Luzia, Michele, Bruno, Sandra, Mario Sérgio, Roselin, Mariéle, Igor, Lacínia, Alexandra, Luciana, Caroline, Elaine, Rodrigo, Juliana e Roneito, pelos quatro anos de

convivência, que foram minha segunda família, alguns com mais carinho e amizade e outros menos.

Agradeço aos demais que direta ou indiretamente, estiveram ao meu lado nesta caminhada, meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

Felizes são aqueles que não se deixam levar pelos conselhos dos maus, que não seguem o exemplo dos que não querem saber de Deus e que não se juntam com os que zombam de tudo que é sagrado!

Pelo contrário, o prazer deles está na lei do SENHOR, e nessa lei eles meditam dia e noite.

Essas pessoas são como árvores que crescem na beira de um riacho; elas dão frutas no tempo certo, e as suas folhas não murcham. Assim também tudo o que essas pessoas fazem dá certo.

(Salmos 01)

Amo a Deus, a minha família, meus amigos, a natureza e a minha pátria.

(Cladis)

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo geral analisar ambientalmente e economicamente atividades desenvolvidas por famílias ribeirinhas no Assentamento Retirada da Laguna. Famílias que haviam sofrido desapropriação para a construção da Usina de Itaipu, no rio Paraná e que foram incorporadas ao processo produtivo do Programa Nacional de Reforma Agrária, no qual não foram observadas as legislações existentes no que se refere aos efeitos negativos causados pelos impactos ambientais. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, através desse procedimento foi possível elaborar gráficos nos quais é possível visualizar as análises que surgiram como resultado dessas entrevistas fornecendo, assim um melhor esclarecimento sobre a questão ambiental. Percebemos através desse estudo a importância da correta utilização dos recursos ambientais e como as políticas públicas poderão promover a regularização ambiental em busca da sustentabilidade.

Palavras Chave: Movimento social no campo, meio ambiente e sustentabilidade

ABSTRACT

This study had as objective to analyze both environmental and economic activities developed by river peoples in the “Retirada da Laguna” settlement. These families had their properties taken over by the government due to construction of Itaipu Hydroelectric, in the Paraná River, and subsequently were incorporated in the Brazilian National Program of the Agrarian Reformation. However the environmental laws had not been complied respect to negative environmental impacts. To survey the data we used both research in literature and interviews in loco, and analyzed these data through graphics. Thus, we obtained a better clarification on the environmental issue. We conclude that the correct use of the natural resources together with the implementation of the public politics will be able to promote the environmental regularization and sustainability.

Key words: Rural Social Movement, environmental sustainability.

LISTA DE SIGLAS

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MST – Movimento dos Sem – Terra
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados
ASAPAM – Associação Gaúcha de Preservação Ambiental
ONU – Organização das Nações Unidas
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução de Desenvolvimento
APP – Áreas de Preservação Permanente
ONGs- Organizações Não Governamentais
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SLAP – Sistema de Licenciamento de atividades Poluidoras
RIMA – Relatório de Impactos Ambientais
CECA – Comissão Estadual de controle ambiental
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
PRONOL – Projeto Especial de Normalização de Licenciamento
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
PROCONVE – Programa de Controle de Poluição para Veículos Automotores
PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos
SNGRH – Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
CNEA – Cadastro Nacional de Entidade Ambientalista
MMA – Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
SRH – Secretaria de Recursos Hídricos
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos
ANA – Agência Nacional de Águas
ARL – A Reserva Legal
GLL – Guia Lopes da Laguna
CER3 – Companhia de Estradas e Rodagens
MS – Mato Grosso do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ARL – Assentamento Retirada da Laguna

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Largura do curso d'água e largura da APP Metros	39
QUADRO 02 - Cadeia simplificada das fases pesquisadas	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Rio Miranda.....	40
Figura 02: Margem Direita do Rio Miranda.....	40
Figura 03: Estado do Mato Grosso do Sul.....	41
Figura 04: Aquífero Guarani	43
Figura 05: Mapa de Guia Lopes da Laguna – MS	44
Figura 06: Quantidade de pessoas residentes nos lotes	49
Figura 07: Quantidade das pessoas que dependem da produção do lote.....	49
Figura 08: A produção do lote.....	50
Figura 09: Famílias assentadas	51
Figura 10: Adquiriu o lote á quanto tempo	51
Figura 11: As famílias recebem a visita do INCRA para inspecionar.....	52
Figura 12: As famílias recebem financiamento pelo órgão federal	53
Figura 13: A AGRAER está dando a assistência técnica necessária	53
Figura 14: Quantas hectares haviam de matas ciliares quando adquiriram o lote.....	54
Figura 15: Quantas hectares existem hoje de matas ciliares	55
Figura 16: O que os assentados pensam sobre o reflorestamento	55
Figura 17: Gostaria de reflorestar a área	56
Figura 18: Aceitação da produção de mudas.....	57
Figura 19: A pesca ocorre com que freqüência em sua propriedade	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - A GEOGRAFIA AGRÁRIA NO MUNDO E NO BRASIL	18
1.1 A Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul	26
CAPÍTULO II - MEIO AMBIENTE	30
2.1 A Legislação Ambiental no Brasil.	35
2.2- As Leis do Código Florestal Brasileiro para Áreas de Preservação Permanente.....	38
CAPÍTULO III - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	41
3.1 Aspectos Gerais e Localização do Município de Guia Lopes da Laguna – MS.....	43
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA	46
4.1. Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.....	46
4.1.1. Delimitação da Pesquisa.....	46
4.1.2. Coleta e Definições das Variáveis.....	46
4.1.3. Primeira Fase – Mobilização.....	46
4.1.4. Segunda Fase – Estruturação.....	46
4.1.5. Terceira Fase – Resultado	47
CAPÍTULO V - ANÁLISE E DISCUSSÕES DAS VARIÁVEIS.....	48
5.1- Análise das Variáveis nos Lotes do Assentamento Retirada da Laguna.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
BIBLIOGRÁFIAS	59
ANEXOS	63
ANEXOS A.....	64
ANEXOS B.....	65

ANEXOS C..... 66

INTRODUÇÃO

Há pelo menos dois séculos vem sendo adotada no Brasil a colonização como forma planejada de proceder à ocupação de uma área, com objetivos econômicos, sociais, políticos e militares.

Para Becker (1997) a partir de 1970, com a criação do INCRA, que veio para promover, executar e controlar a reforma agrária no Brasil, iniciou-se a colonização em larga escala na maior parte do espaço brasileiro. Esta distribuição é feita sob o controle do Estado, pois é ele que está orientando, estimulando ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A colonização retira o controle das terras Estaduais e o transfere para o governo Central, porque percebe-se como capaz de solucionar conflitos sociais, observando produtores sem terra, para povoar as fronteiras e ao mesmo tempo criar mão de obra local. E com isso acredita-se que os objetivos ocupacionais em parte são alcançados, já quanto ao controle certamente não, pois os conflitos têm aumentado. No campo brasileiro hoje, os movimentos sociais possuem várias frentes de organização e luta contra a expropriação, subordinação e exploração. Todas essas frentes dão a impressão de uma pulverização desses movimentos.

Hoje podemos identificar os seguintes movimentos: a luta das nações indígenas, dos posseiros, dos peões, dos camponeses subordinados, dos “Brasiguaios”, dos sem terra, e a luta dos trabalhadores bóias frias.

Para a compreensão desses movimentos a distribuição territorial é muito importante no Brasil, pois a localização dos diferentes movimentos no território pode servir para montar um quadro geral deles, porque a Geografia pode e deve contribuir para encaminhar a questão.

A propriedade privada é um direito garantido na Constituição Brasileira (artigo 5º, início XXII) e se constitui em um dos pilares do capitalismo. O MST, ao propor novas formas de acesso e uso da propriedade da terra, perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade capitalista. Cada sociedade produz representações de acordo com os seus valores e tem, na imprensa, uma instituição que, no ato de noticiar, põe em circulação essas representações e reforça os valores. Assim, o valor simbólico que a propriedade privada carrega foi tema de muitas notícias que se referiram ao Movimento. (SCHWENGBER 2008, p. 89)

Na questão das grandes obras do Estado temos as lutas dos camponeses contra a desapropriação das terras para a construção de Itaipu. Foi através do movimento justiça e terra que os colonos expropriados fizeram dois acampamentos, onde alguns acampados tiveram uma indenização mais justa e outros receberam terra no Assentamento Retirada da Laguna.

Conforme o INCRA (1984) Decreto nº 89.900, de 03 de julho de 1984, que dispõe sobre a fixação de área prioritária para fins da reforma agrária e também o Decreto nº 89.906, da mesma data que declara de interesse social, para fins de desapropriação o imóvel rural “Fazenda Santa Luzia”, que localiza-se no município de Guia Lopes da Laguna - MS, constituindo O Projeto de Assentamento Retirada da Laguna, possuindo uma área de 2.137, 70 hectares.

Foi criado O Projeto de Assentamento Retirada da Laguna, através da Resolução nº 17 de 13.02.85, objetivando o Assentamento de 89 famílias de trabalhadores rurais, possuindo uma área em torno de 25 hectares. Destinado ao assentamento de famílias, algumas sem terra, mas a maioria desabrigadas pela inundação das áreas ribeirinhas do Rio Paraná pela construção da Usina de Itaipu.

A produtividade do Assentamento Retirada da Laguna baseia-se na “Agricultura Familiar” e para que os objetivos sejam alcançados é necessário que o desenvolvimento do assentamento ocorra de forma sustentável, para que haja modelos de produção e que esses modelos melhorem a qualidade de vida dessas famílias preservando a natureza.

Diante disso, buscando o desenvolvimento ambiental sustentável para a região de Guia Lopes da Laguna, em especial para o Assentamento Retirada da Laguna, surgiu à necessidade de desenvolver uma pesquisa dividida em etapas, de acordo com os seguintes objetivos. O objetivo geral foi identificar os possíveis problemas ambientais ocorridos no Assentamento Retirada da Laguna e seus reflexos na condição da economia local. Já nos objetivos específicos, analisar as medidas de preservação ou de recuperação das matas ciliares se estão sendo cumpridas; verificar a real situação econômica do Assentamento Retirada da Laguna; reconhecer a importância ambiental para aprimorar as medidas de conservação e preservação do ambiente em estudo.

O primeiro capítulo apresenta um breve resgate histórico dos movimentos sociais no Brasil e no mundo. Principalmente, a reforma agrária que nos últimos anos tem estado em foco, pelos conflitos territoriais e assentamentos de famílias de sem terra.

No segundo capítulo faz-se um relato da atitude do homem em relação ao meio ambiente, que tem variado durante os séculos e que somente agora, tem-se tomado ciência da importância ambiental na vida das pessoas.

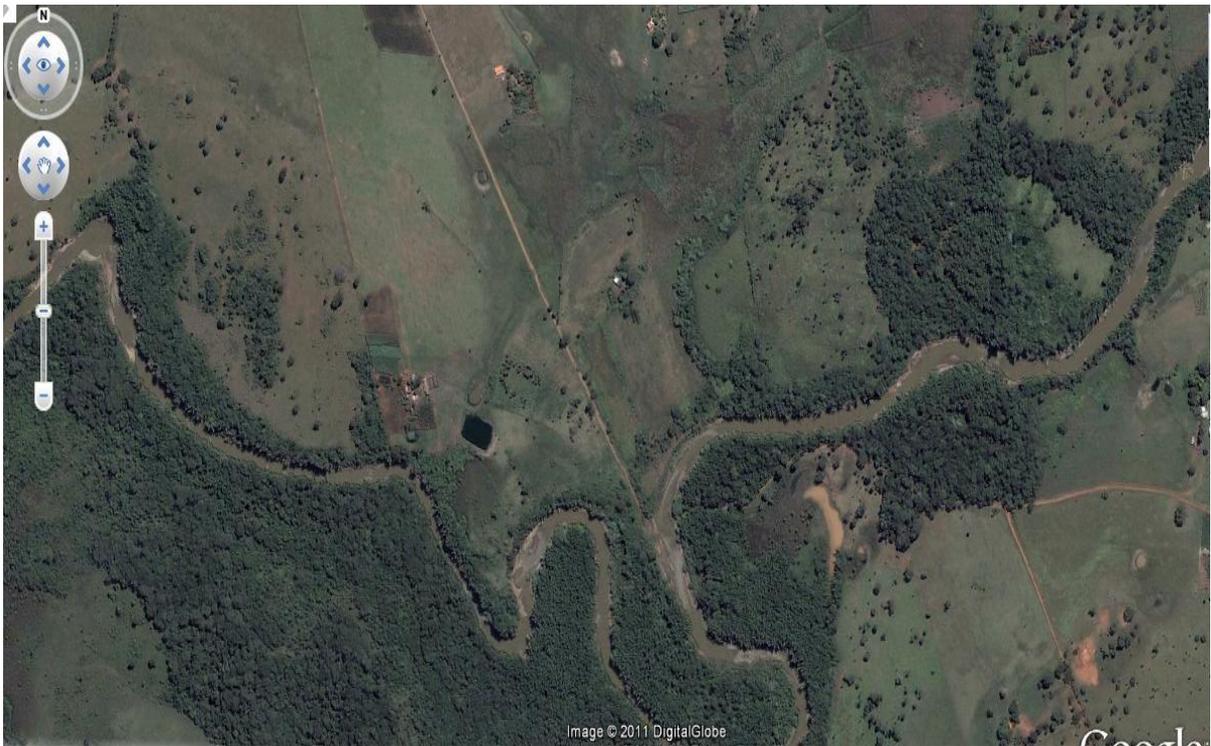
Já o terceiro capítulo trata das leis ambientais no Brasil, no estado e no município de Guia Lopes da Laguna, que foram criadas para fiscalizar e multar aqueles que não respeitam o meio ambiente, constitui-se também da caracterização da área em estudo,

partindo do Estado do Mato Grosso do Sul para o município de Guia Lopes da Laguna, onde está localizado o Assentamento Retirada da Laguna.

No quarto capítulo, desenvolve-se a metodologia da pesquisa que orientou o trabalho para as possíveis análises e considerações finais.

No quinto capítulo, apresentam-se a análise dos dados obtidos através de transcrição de entrevistas, com a opinião dos assentados sobre a capacidade econômica e a produção sustentável. Neste capítulo, figuras fazem a descrição percentual de dados para termos os resultados e entendimentos deste trabalho.

Nesse processo investigativo e com base em pesquisas bibliográficas, esse estudo objetivou avaliações sócio-ambientais de atividades produtivas, no município de Guia Lopes da Laguna – MS, porque esperamos contribuir para que haja a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do Assentamento.



Área de Estudo

Fonte: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w1>

CAPÍTULO I - A GEOGRAFIA AGRÁRIA NO MUNDO E NO BRASIL

Há pelo menos dois séculos vem sendo adotada no Brasil a colonização como forma planejada de proceder à ocupação de uma área, com objetivos econômicos, sociais, políticos e militares.

Sempre houve no Brasil uma distribuição desigual de terras, no início em 1530, com a criação das capitânicas hereditárias e do sistema de sesmarias formando dessa maneira vários latifúndios. Durante os dois primeiros séculos da colonização portuguesa, a metrópole dividiu e distribuiu as terras da colônia de forma injusta. No sistema de Capitânicas Hereditárias, poucos receberam faixas enormes de terra para explorar e colonizar. Em 1822, com a independência do Brasil, a demarcação de imóveis rurais ocorreu através da lei do mais forte, resultando em grande violência e concentração de terras para poucos proprietários, sendo esse problema prolongado até os dias atuais.

As terras oferecidas pelos nobres aos desafetos pela garantia de lealdade, poder, eram essências na vida da sociedade brasileira. Portanto, a posse de terra no Brasil, além de denotar riquezas, servia como moedas de troca entre nobres e comerciantes.

Segundo Martins (1984) a Lei de Terras foi criada exatamente no período da abolição da escravatura (em 1850 cessa o tráfico negreiro) para evitar que os trabalhadores livres viessem a ocupar o território brasileiro, que também era livre. Para o autor, isso esvaziaria do campo a população de trabalhadores, já que todos poderiam ter sua propriedade. Com a lei, as pessoas só teriam acesso a terra quando tivessem recursos para comprá-la.

A Lei nº 601 vigorou até a mudança do regime imperial e a promulgação da 1ª Constituição Republicana, em 1891. Com a implantação do sistema federativo, os estados-membros passaram a ter o domínio das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios. Naquele momento, ela passou a ser utilizada como forma de poder das oligarquias regionais, que passaram a distribuí-la de acordo com seus interesses políticos e econômicos. O sistema reforçou o nascimento e o fortalecimento dos poderes locais. Era de fato que os presidentes da república foram geralmente sustentados no poder central na medida em que reconheciam a independência local e regional dos políticos, isso implicava em tolerar a existência de exércitos privados desses chefes políticos para proteção de suas posses, realidade que só começou a modificar-se a partir do Estado Novo.

Para Alentejano (1996), a reforma agrária é hoje, um desafio para quem luta por ela, seja no plano das idéias ou de ações. Aqueles que se debruçam intelectualmente e politicamente sobre a questão, o desafio está em reposicionar corretamente a questão nos dias

atuais, diante das transformações sofridas pela agricultura, pela economia e pela política nos planos nacionais e internacionais.

A Reforma Agrária pode ser definida como um sistema em que ocorre a divisão de terras, onde propriedades particulares são compradas pelo governo a fim de lotear e distribuir para famílias que não possuem terra para plantar. Tendo por objetivo proporcionar a redistribuição das propriedades rurais para a realização de sua função social. Esse processo é realizado pelo Estado, que compra ou desapropria e distribui lotes de terras para famílias camponesas.

Seguindo o pensamento do autor, vários exemplos de reforma agrária mostram a complexidade que envolve sua realização. A diversidade é talvez a marca mais expressiva das experiências de Reforma Agrária neste século. Nesse sentido, temos exemplos de reforma na Rússia, na China e em Cuba no bojo de processos revolucionários. Nas experiências socialistas, duas lições básicas podem ser tiradas: a dificuldade de se desenvolver a produção coletiva, experiência que vem sendo vivenciada nos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil e a dificuldade para que os trabalhadores mantenham o controle do processo, mas também temos amplas reformas de cunho capitalista no Japão, na Coreia e em Taiwan nesses países a Reforma Agrária foi um poderoso instrumento de desenvolvimento do capitalismo e de distribuição de renda. Os minifúndios japoneses recebem subsídios estatais e produzem o arroz mais caro do mundo.

Temos alguns países que possuem reformas distributivas, mas que não alteram o poder da grande propriedade como no México, na Bolívia e no Egito, onde os privilégios são mantidos em termos de política agrícola para a grande propriedade, provocando a retomada da concentração fundiária, demonstrando também que a democratização do Estado é muito restrita, em muitos casos pela dificuldade dos camponeses se manterem organizados após o processo de conquista da terra. Outros exemplos históricos de Reforma Agrária podem ser encontrados no Chile e na Nicarágua, que são reformas abordadas por reversões do quadro político que contribuem para uma melhoria da distribuição de renda e das condições de vida da população rural. Estas experiências demonstram as dificuldades de manter a mobilização popular e de democratizar o Estado. No Brasil, temos processos restritos e desarticulados, demonstrando as potencialidades da Reforma Agrária enquanto política de distribuição de renda.

No exterior o primeiro a determinar a distribuição de terras foi Caio Graco, pois a reforma agrária não representava uma simples distribuição de terras, mas uma autêntica revolução social e foi no México que se tem história da maior distribuição de terras: 70

milhões de hectares beneficiando 3 milhões de lavradores. Já os russos expropriaram a terra de todos os proprietários em benefício do Estado, que era o único dono.

Reportamo-nos a Thompson (1987) onde ele afirma que a idéia de classe social não pode ser estática e cristalizada, pois a mesma envolve uma concepção histórica da sociedade e das mulheres e dos homens, bem como a idéia de que a consciência formada é diferente em momentos, lugares e circunstâncias. Porém essa diferenciação não impede os grupos à criação de padrões, características e cultura que os caracterizam como produtores de sua própria história, mesmo num processo mais amplo de conhecimentos históricos.

Os movimentos sociais vivem segundo Scherer-Warren (1989), uma dialética de opressão e libertação. Para a autora, ninguém é livre ou dominado totalmente; há uma constante luta pela autonomia, pela busca de uma sociedade diferente. Para ela, os movimentos sociais podem ser definidos como:

[...] como uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (1989, p. 20)

De acordo com Martins (2004) a reforma agrária, nasceu nos anos 50 como reivindicação nos setores esclarecidos na classe média urbana, de setores católicos conservadores. Nesse sentido a Reforma Agrária no Brasil é resultado de um impulso ideológico e por motivações humanitárias voltadas para a solução das injustiças sociais e não por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança:

[...] destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse o confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural. (MARTINS, 1984, p.22)

Foi nos anos 50 e 60 que o debate sobre a reforma agrária estava incluído no rol das discussões acerca da problemática superação do subdesenvolvimento. Havendo três concepções de Reforma agrária: a primeira a dos comunistas com intenções de eliminar os traços do feudalismo e abrir espaço para o desenvolvimento das forças produtivas; segundo a dos nacional-desenvolvimentistas que era a visão dos proprietários de aumentar a produção agrícola, garantindo o abastecimento urbano e gerar divisas via agro exportações. E terceiro a

das ligas camponesas que viam a reforma agrária como garantia da cidadania para o trabalhador rural. (ALENTEJANO, 1996)

O Estatuto do Trabalhador Rural, de 1962, durante o governo de João Goulart, fez com que fossem desenvolvidas intensas atividades organizações sindicais principalmente por ter tornado a sindicalização rural uma realidade e com o golpe de 64 os movimentos sociais e a reforma agrária foram tratados com maior seriedade, com o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso a terra para quem nela vive e trabalha. Já não poderiam ser ignoradas as desigualdades sociais provocadas pela monopolização da propriedade por parte de poucas pessoas, dessa forma foram feitas algumas restrições ao direito de propriedade e concedidos alguns direitos a trabalhadores rurais. Várias iniciativas da reforma agrária foram feitas no país onde sulistas e nordestinos foram levados para a região norte em um grande projeto de colonização. Como projetos, destacamos o Programa de Integração Nacional, o Programa de Redistribuição de Terras e o Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste. Estes são alguns dos projetos que serviram para colonizar o país:

Não houve reforma agrária em lugar algum em que ela não se apresentasse no centro dos impasses históricos. E estar no centro dos impasses históricos depende da própria história e das contradições sociais e não de voluntarismo político de grupos, partidos ou pessoas. Mesmo em 1964, o problema fundiário não respondia sozinho nem principalmente pela crise política. No Brasil de hoje, a questão agrária é, certamente, umas das fontes mediatas dos problemas sociais, mas não a fonte imediata. (MARTINS, 2004 p. 98-9).

A reforma agrária no Brasil passou por vários empecilhos, foram necessárias ocupações e pressões ao lado dos sem-terra para que fossem ouvidas as suas reivindicações. Até o momento muitos são os questionamentos e poucas as ações no que se referem aos movimentos sociais do campo.

Para Becker (1997) a partir de 1970, com a criação do INCRA, que veio para promover, executar e controlar a reforma agrária no Brasil, e deu início a uma colonização em larga escala na maior parte do espaço brasileiro. Está distribuição é feita sob o controle do Estado, pois é ele que está orientando, estimulando ou prevenindo os movimentos espontâneos da população. A colonização retira o controle das terras Estaduais e passa para o governo Central; e entende-se como capaz de solucionar conflitos sociais, observando produtores sem terra, para povoar as fronteiras e ao mesmo tempo criar mão de obra local e

com isso acredita-se que os objetivos ocupacionais em parte são alcançados, já quanto ao controle certamente não, pois os conflitos têm aumentado.

[...] a questão da posse da terra não pode ser vista de maneira isolada, pois a terra é a base do poder político local e regional, o fundamento do prestígio social e do exercício da dominação. A velha questão da ‘Questão Agrária’ no Brasil que hoje ganha, portanto, novos contornos: se na década de 30 era relativa à crise do café, nos anos 50 e 70 centrava-se na ‘industrialização do campo’ e, nos anos 80, passou a concentrar-se nas conseqüências dessa industrialização em meio ao “milagre brasileiro” (D’AQUINO, 1997 apud FARIAS, 2006, p.61)

Cabe ao governo promover a reforma agrária através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A reforma agrária é realizada em nosso país dentro das leis vigentes, respeitando a propriedade privada e os direitos constituídos. Não visa apenas distribuir terras, mas sim garantir, aos pequenos agricultores, condições de desenvolvimento agrário e produtividade, gerando renda e melhores condições de vida as famílias assentadas. Assim as propriedades rurais destinadas para a reforma agrária podem ser obtidas pela união de duas maneiras: expropriação e compra. A expropriação é a modalidade original para a obtenção de terras para a reforma. Esta prevista na Lei 8.629/93, que diz: a propriedade rural que não cumprir a função social é passível de desapropriação. Quem julga é o INCRA, que a partir de índices de produtividade predetermina e avalia se a terra é produtiva ou não. A outra forma de aquisição da propriedade rural para fins de reforma agrária é a compra direta de terras de seus proprietários.

Na década de 80, surgiram diversas mobilizações populares pressionando o estado a promover a reforma agrária, um dos movimentos mais duradores da história foi o MST. Em meados da década de 90 o MST (movimento dos sem-terra) havia se tornado o maior movimento social na América Latina. Nesse sentido o MST, com apoio da igreja católica, através do movimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), tem uma proposta de reforma agrária em que difere profundamente da forma que lhe da o estado brasileiro desde o estatuto da terra e, pode se dizer, desde a Lei de Terras de 1850. As propostas do MST e da igreja são por um direito individual e não por direitos coletivos ou comunitários.

A propriedade privada é um direito garantido na Constituição Brasileira (artigo 5º, inciso XXII) e se constituiu em um dos pilares do capitalismo. O MST, ao propor novas formas de acesso e uso da propriedade da terra, perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade capitalista. Cada sociedade produz representações de acordo com seus

valores e tem, na imprensa, uma instituição que, no ato de noticiar, põe em circulação essas representações e reforça os valores. Assim, o valor simbólico que a propriedade privada carrega foi tema de muitas notícias que se referiram ao movimento. (SCHWENGBER 2008, p. 89)

A base de atuação do MST sempre foi no meio rural, junto a trabalhadores rurais de origens diversas: ex-pequenos proprietários, assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho geralmente sem vínculo empregatício, e também outros de origem urbana, que vivem nas periferias das cidades de diferentes regiões do país. Nesse sentido, Carter (2010), cita o fato que sua base organizativa sempre se localizou no meio urbano, pois suas estruturas de coordenação e produção de material impresso localizam-se nas grandes cidades.

A luta ganha as ruas com o fim do regime militar que foi marcado pela eleição de Tancredo Neves em 1985, mas o processo de redemocratização do Brasil só se completou no ano 1988, com promulgação da nova Constituição Federal, que se referiu expressamente à função social da propriedade em diversos artigos: artigo 5º, inciso XXIII, que trata da função social da propriedade como elemento para sua defesa; artigo 170, inciso III, que fala da função social da propriedade como princípio da atividade econômica; art. 182, parágrafo 2º, que limita a função social da propriedade urbana e art. 184, referente à propriedade rural. Para Souza (1992), as ações do período foram forte aliadas dos trabalhadores rurais, que também puderam levar suas propostas ao público.

A reforma agrária era uma das condições fundamentais para a democracia do país. Os trabalhadores rurais queriam terras para plantar, mas não apenas isso, também lutavam pela democracia, liberdade, saúde, educação.

A constituição de 1988 de algum modo abriu caminho para reparo parcial embora tardio, que decorreram no direito absoluto de propriedade implantada pela Lei de Terras abrindo assim um leque de alternativas para uso social do solo apontando para os seguintes sentidos da modernização e empenhamento das oligarquias, que ocorreu sobre tudo durante a ditadura militar através da aliança entre o capital e a propriedade da terra e também trouxe a possibilidade de atribuição de deveres federais aos governos locais, como é o caso da reforma agrária da saúde e da educação pública.

No campo brasileiro hoje os movimentos sociais possuem várias frentes de organização e luta contra a expropriação, subordinação e exploração. Todas essas frentes nos trazem a impressão de uma pulverização desses movimentos. Podemos identificar os seguintes movimentos: a luta das nações indígenas, dos posseiros, dos peões, dos camponeses subordinados, dos “Brasiguaios”, dos sem terra, e a luta dos trabalhadores bóias frias.

Esse ponto de vista é que permite compreender que uma política de reforma agrária depende do conhecimento da questão agrária para a qual ela é uma resposta. A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. Não é manifestamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto (MARTINS, 2004, p.75)

Para a compreensão desses movimentos a distribuição territorial é muito importante no Brasil, pois a localização dos diferentes movimentos no território pode servir para obter um quadro geral deles. Onde a Geografia pode e deve contribuir para encaminhar a questão.

Para Alentejano (1996), a reforma agrária enquadra-se, dentro da perspectiva mais ampla da reflexão acerca dos caminhos do desenvolvimento brasileiro e, a sua forma e realização dependerão fundamentalmente da capacidade de formulação política de seus defensores e, essencialmente da capacidade de organização e ação dos trabalhadores rurais e, também dos trabalhadores urbanos. Tal capacidade precisará estar presente não apenas para viabilizar a realização da distribuição de terras, mas para fazer com que se tenha condições de gerar na e a partir da terra um novo modo de produção, mais justo em termos humanos e ambientais.

Durante toda a década de 90, os movimentos sociais foram postos em pauta pelo governo federal, em um contexto diferenciado no qual políticas socioeconômicas foram implantadas para atenuar a desigualdade social existente entre os produtores patronais no país. Intensificando as invasões de terras no Brasil, principalmente nas áreas consideradas improdutivas. Foi quando, em 1994, o governo federal deu início a uma corrida judicial pela regularização e legalização de terras quando ocorreram invasões, a partir daí, a situação percorreu um novo caminho, mesmo assim a situação na qual os trabalhadores rurais se encontravam melhorou. (SCHWENGBER, 2008)

Em 1998, teve início uma política de acordo com a economia de mercado e não com as reivindicações ou as propostas dos movimentos, por meio de projetos que vieram a construir, em 1999, o programa “O Novo Mundo Rural”.

Com esse programa, o Ministério da Política Fundiária procurou mudar as estratégias de desenvolvimento sócio-econômico no campo, principalmente valorizando a agricultura familiar, intencionando fundir as categorias de assentados e agricultores familiares em um mesmo patamar. O governo pretendia tirar de si a responsabilidade de

acompanhamento de assentados, ficando responsável apenas com a desapropriação de terras. Isso ficava bem claro por meio da extensão da competência da reforma agrária para os estados e municípios e do incentivo para a formação de associações e cooperativas, com apoio de entidades governamentais. (BRASIL, 2004)

O programa promoveu alterações na política de financiamento aos assentados, fundindo as duas principais linhas de financiamento existentes. Para FARIAS (2002) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf¹) e o Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária (Procerá²). Esse novo mundo rural vem para ampliar a vocação do espaço rural, que sempre foi à produção agropecuária e o mercado: agora o campo daria lugar a outras atividades que também gerariam rentabilidade, principalmente as ligadas ao turismo e lazer.

Segundo Martins (2004), o tema da reforma agrária é seguramente um dos mais equivocados nos embates políticos e partidários desse momento no Brasil. Equivocado pelo modo como é comumente proposto em diferentes meios; também pela carga de sub-informações que o acompanha, pelas paixões que desperta, pela real ignorância do tema que se manifesta em muitas das opiniões a respeito.

Segundo SCHWENGBER (2008), recentemente, a atuação dos movimentos sociais e de suas práticas inovadoras vem conquistando a aplicação da lei, mas também vem ganhando muitos opositores, que não aceitam a perda das suas posses, e o último fato importante noticiado nos jornais que envolveu a justiça e o MST ocorreu em 2000: o movimento foi alvo de denúncias de cobranças “ilegais” de contribuições dos assentados. Assim o governo mobilizou a Polícia Federal para investigar as possíveis irregularidades no MST, no que diz respeito à sua administração financeira. Tudo isso porque o movimento cobrava, dos assentados, contribuições estipuladas sobre o percentual dos recursos federais liberados para infra - estrutura nos assentamentos, verba que a entidade destina para o seu trabalho organizativo.

Para Alentejano (1996), podemos dizer que a luta pela Reforma Agrária enquadra-se hoje, dentro da perspectiva mais ampla da reflexão acerca dos caminhos do desenvolvimento brasileiro e, a sua forma e realização, dependerão fundamentalmente da capacidade de formulação política de seus defensores e, da capacidade de organização e ação dos trabalhadores rurais e, dos trabalhadores urbanos. Tal capacidade precisara estar presente

¹ O programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais e coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

² O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procerá) foi criada pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentados da reforma agrária.

não apenas para viabilizar a realização da distribuição da terra, já em si um desafio num país onde o monopólio da terra além de secular reúne tão fortes interesses, mas fundamentalmente, para fazer com que, posteriormente, se tenha condições de gestar na e a partir da terra um novo modo de produção, mais justo em termos urbanos e ambientais.

1.1. A Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul

Para Menegat (2009), o estado de Mato Grosso do Sul tem como estrutura fundiária predominantemente o latifúndio, herança do modelo implantado pelos seus colonizadores quando do avanço, no século XIX e início do século XX, da frente de colonização em direção as áreas ainda não ocupadas da região Centro-Oeste. Os colonizadores buscavam agrupar nas novas terras grandes extensões para o desenvolvimento da criação de gado, ou mesmo agrupar enormes distâncias onde se encontravam ervais nativos, como foi o caso da Companhia Mate Laranjeira, que buscou no sul do estado, demarcar seus espaços e assegurar o domínio de novas áreas.

Segundo SCHWENGBER (2008), a terra sempre foi uma importante norteadora de políticas públicas no Brasil, bem como alvo de disputas pelo poder. Foi no Estado Novo (1930-1945), com o objetivo primordial de formar núcleos rurais e urbanos, que pelo decreto-lei nº 5.941, de 28-12-1943 quando o então presidente Getúlio Vargas incentivou a Marcha para o Oeste e implantou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND³) no sul de Mato Grosso do Sul, junto a outras quatro colônias agrícolas no país, seguindo o projeto de colonização do interior.

A Colônia Agrícola de Dourados passou a receber colonos, principalmente nordestinos (que haviam migrado do Nordeste em virtude da seca ocorrido em 1958), que com seu trabalho resolveram o problema da mão-de-obra local e promoveram um aumento rápido da produção de alimentos, uma vez que as pequenas propriedades familiares se caracterizavam pelo plantio de gêneros de subsistência (arroz, feijão, milho, mandioca) e criação de animais e aves de abate. (SOUZA, 1992, p. 16)

As colônias foram uma das estratégias do governo Vargas para incentivar o povoamento da parte oeste brasileira e integrar as regiões, objetivando a criação de um Estado forte, coeso e capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico. Vargas queria fazer o país

³ CAND, Colônia Agrícola Nacional de Dourados, foi criada pelo então presidente da republica Getulio Vargas, para colonizar a região e principalmente para solucionar problemas de seca no nordeste, trazendo trabalhadores nordestinos para a região. Para que houvesse produção de gêneros de subsistência.

crescer dentro de suas fronteiras, o que significavam o desbravamento e a colonização das áreas consideradas “desérticas”, bem como a nacionalização das fronteiras e o desenvolvimento do capitalismo no campo. (OLIVEIRA, 1999)

No extremo sul de Mato Grosso, a política de Vargas pôs fim ao monopólio de meio século da Companhia Erva Matte Laranjeira, que não teve seus contratos de arrendamento renovados. Em 1943, na área onde se concentrava a sede e grande parte dos ervais da companhia, foi instalado o território de Ponta Porã, ficando assim os domínios da empresa à fiscalização federal. Já o projeto civilizador posto em prática seguindo a meta do trabalho e objetivando quebrar o poder dos grandes proprietários de terra, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que estabeleceu a demarcação de 300 mil hectares pertencentes à Ponta Porã. O território foi extinto em 1946, com o fim do mandato de Getúlio Vargas.

A grande quantidade de terras divulgada pelas propagandas da CAND atraiu, para a região, nordestinos, mineiros, paulistas e imigrantes japoneses, juntando-se a população já existente. A política de colônias agrícolas foi bem recebida pelos grandes proprietários de terras do Mato grosso, “[...] uma vez que suas propriedades foram protegidas de invasões pelos sem terra, além de terem à sua disposição uma mão-de-obra ordeira e produtiva.” (MORENO, 1993, p. 179)

Em 1946, com o fim do Estado Novo: a Constituição Estadual foi alterada para permitir aos pretendentes individuais comprarem até 10 mil ha. (o limite anterior era de 500 ha). Então os políticos estaduais, grupos econômicos do Rio Grande do Sul e São Paulo e a própria Companhia Matte Laranjeira competiram para acumular grandes propriedades:

[...] nos idos dos anos 50, grupos de políticos locais, de fora, grupos econômicos formaram uma ciranda de alianças empresariais e eleitorais, cujo jogo principal incidia no controle de distribuição de terras devolutas do estado. [...] não se tratava somente de quantidades de terras açambarcadas. As melhores terras eram as mais visadas. (LENHARO, 1986, p.53)

A qualidade e os baixos preços acirraram a procura e a disputa pelas terras devolutas. Moreno (1993), afirma que as propriedades eram repassadas as companhias de colonização de sete a dez cruzeiros, que as revendiam por 100 ou 300 cruzeiros o hectare. Nesse sentido, o governo apoiava as empresas, argumentando que elas eram necessárias à obra de colonização.

Os brindes e as facilidades de concessões de terra faziam parte de um entrelaçado jogo de interesses e se negociava uma mercadoria, que na época, supostamente não se dava valor, pela abundância e pela ignorância que se tinha do potencial do Estado. Assim justificava-se este tipo de campanha para forçar o povoamento e promover o seu desenvolvimento (MORENO, 1993, p.212).

Observa-se segundo Palmeira (1994) que na década de 1970, a agricultura tornou-se um grande negócio, já que passou a ser financiada pelo Estado, via burocracia do INCRA, o que facilitava a regularização de áreas e criava facilidades para a compra de outras, onde eram oferecidos subsídios para tal.

Em relação a essa situação, Tarsitano (1991) afirma que a redefinição da política agrícola brasileira iniciada em meados da década de 1960 e intensificada na década de 1970, beneficiou a expansão da fronteira agrícola amparada em subsídios e crédito. Foi durante a década de 1970, no então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, deu-se a expropriação de pequenos proprietários já instalados, que desenvolviam a agricultura de subsistência. Com a instalação e a expansão do novo explorador, aumentou na região seu poder econômico e político sobre os demais produtores, especialmente os posseiros e os pequenos produtores, que venderam suas propriedades, buscando o Paraguai como alternativa. (PEREIRA, 1997)

A primeira organização de trabalhadores rurais sem-terra surgiu em 1979, nesse período 250 famílias de arrendatários buscaram a justiça contra os proprietários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, localizados no município de Naviraí. (FABRINI, apud Menegat 2009, p. 42)

Em 1983, houve o início a organização para a ocupação de área da Gleba Santa Idalina, em Ivinhema, e Itasul, em Itaquiraí. Essa organização culminou com a ocupação, em abril de 1984, da Gleba Santa Idalina, área pertencente à Sociedade de Melhoramentos e Colonização – SOMECO, no município de Ivinhema (FABRINI, apud MENEGAT, 2009 p.43). Nessa ocupação participaram mais de mil famílias de trabalhadores do estado e também do Paraguai. A área da antiga Gleba Santa Idalina, um dos maiores assentamentos do estado, somente com a segunda ocupação, que culminou com a desapropriação, passou a chamar-se Novo Horizonte do Sul. Que foi criado para atender, a famílias de brasiguaios que retornavam ao Brasil. Esse foi o período em que se deu um grande enfrentamento de produtores com o poder público, e entre os próprios trabalhadores sem-terra.

Com o retorno de um grande número de brasiguaios, o INCRA, cumprindo determinações estaduais de amenizar o número de acampamentos no estado e evitar a concentração de brasiguaios, passou a privilegiar o assentamento desses trabalhadores,

aqueles que tinham o documento chamado Permisso. O documento era um visto de permanência concedido pelo cônsul paraguaio aos brasileiros que haviam migrado para o Paraguai. Com o retorno deles ao Brasil, esse documento funcionava como um passaporte para conseguir lotes de terra no Brasil. Esse processo fez com que muitas famílias fossem para o Paraguai, somente para receberem o permissão, e assim serem facilmente, beneficiadas pela política agrícola brasileira (SPRANDEL, apud. MENEGAT, 2009. p.44).

Segundo Menegat (2009), em meados da década de 1980, Mato Grosso do Sul se lançava, na reforma agrária. Havia a necessidade de reassentar famílias que perderam suas terras quando houve a criação de usinas hidrelétricas e encontravam-se acampadas em Mato Grosso do Sul. Houve então a criação do assentamento Sucuriú, em Costa Rica; Urucum e Tamarineiro I, em Corumbá; Retirada da Laguna, em Guia Lopes, todos construídos para abrigar 875 famílias de ribeirinhos, desalojados de suas propriedades quando da construção da Usina de Itaipu, localizada no estado do Paraná, na divisa com o estado de Mato Grosso do Sul.

Conforme o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de 1984, Decreto nº 89.900, de 03 de julho de 1984, que dispõe sobre a fixação de área prioritária para fins de reforma agrária, Decreto nº 89.906, da mesma data que declara de interesse social, para fins de desapropriação o imóvel rural “Fazenda Santa Luzia”, o qual localiza-se no município de Guia Lopes da Laguna - MS, constituindo Projeto de Assentamento Retirada da Laguna, possuindo uma área de 2.137,70 hectares, (dois mil, cento e trinta e sete hectares e sete ares).

Foi criado o Projeto de Assentamento Retirada da Laguna, através da Resolução nº 17 de 13.02.85, objetivando o assentamento de 89 famílias de trabalhadores rurais, possuindo uma área em média de 25 hectares por famílias.

CAPÍTULO II - MEIO AMBIENTE

As atitudes do homem em relação à terra e ao meio ambiente têm variado através dos tempos e ainda variam entre regiões e culturas. No mundo atual, as abordagens sobre o meio ambiente têm uma grande variação desde a exploração máxima com a única visão de bem econômico até a visão preservacionista com a volta à natureza. Para Drew (1983) a tradição cultural tem desempenhado o seu papel na determinação do comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente. Regiões com semelhanças ambientais de diferentes partes do globo, como o sudeste da China e o sudoeste dos Estados Unidos, demonstram diferentes atitudes em relação ao que tange o ambiente.

Para Fogliatti, Filippo e Goudard (2004) durante séculos predominou a idéia de que a natureza existia somente para satisfazer as vontades humanas, sem se questionar esse uso. Mas no século passado, a partir da década de 60, em alguns países, e da década de 80, na maior parte do mundo, a sociedade foi se conscientizando de que a capacidade de suporte do planeta é limitada e de que a utilização indiscriminada dos recursos não-renováveis e a poluição provocada pelo desenvolvimento humano podem causar danos irreversíveis ao meio ambiente.

Segundo Castoriades (1987), a partir do século XVI, passou a ser dominante no Ocidente a noção de “natureza” vinculada à expansão da burguesia e às idéias do racionalismo. A coincidência e a convergência, entre o nascimento e a expansão da burguesia, no século XIII e a idéia de que o emprego apropriado da razão é condição necessária e suficiente para que nos tornemos senhores e possuidores da natureza.

Há no Brasil segundo Diegues (1998), a necessidade de se começar a fazer a história sistemática das idéias que regeram e regem as relações entre a sociedade e a natureza. Os trabalhos de Caio Prado Junior (1979), sobre a relação entre os ciclos econômicos, sobretudo os da monocultura de exportação e a devastação das florestas; assim como a análise de Sérgio Buarque de Holanda (1969) sobre a relação entre a busca do paraíso e a admiração pela natureza exuberante existente no Brasil na época da descoberta. O Brasil no descobrimento foi descrito pelo imaginário europeu como uma espécie de reencontro com o paraíso perdido. Cronistas informam a existência de um país excelente por seu clima, com inúmeros animais e uma floresta exuberante; como a própria carta de Caminha que descreve uma terra onde as águas são muitas. O país teve seu nome ligado a uma árvore importante, o

pau-brasil, símbolo da exploração, que o levou a sua extinção. A destruição da natureza no Brasil, desde o início parece estar ligada ao interesse do colonizador em não se fixar aqui.

Para Gonçalves (1998), a década de 1960 marca a emergência, no plano político, de uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico. Acredita-se que nenhum outro movimento social tenha levado tão a fundo essa idéia, na verdade essa prática, como o movimento ecológico. O movimento ecológico traz o desenvolvimento de lutas em torno de questões ambientais as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão de solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder, entre outras. Assim sendo, praticamente, em todos os setores do agir humano ocorrem lutas e reivindicações que o movimento ecológico não é capaz de incorporar.

Para Cairncross (1992), no século passado tivemos dois exemplos da capacidade da tecnologia de produzir mais a partir de menos. O primeiro é o da energia elétrica, que entre 1900 e os anos 1960, onde a quantidade de carvão necessária para gerar um quilowatt-hora de eletricidade caiu de cerca de três quilos para menos de 450 gramas.

Segundo Fogliatti, Filippo e Goudard (2004), as posições antagônicas entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente criaram um dilema para a humanidade tornando-se necessário o estabelecimento de uma estrutura de apoio legal com medidas corretivas, preventivas e de controle das condições de poluição. Nesse sentido, foram realizadas revisões e aperfeiçoamentos de textos legais, introduzidas novas leis e regulamentações em nível nacional, regional e local em cada país preocupado com os problemas ambientais, com o desenvolvimento tecnológico e com a qualidade de vida de todos. Nos países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, cresce cada vez mais o interesse e a participação do público nas questões relacionadas à preservação do meio ambiente e também na tomada de decisão baseadas na avaliação de alternativas de projetos, nos quais a variável ecológica assume importância vital.

Para Moretti (2004), o limite ambiental é definido pelo crescimento acelerado da transformação de bens da natureza para satisfazer as necessidades humanas nem sempre essenciais para a sobrevivência pessoal. A poluição da água leva à falta da água potável; nesse contexto, impõe-se a reflexão sobre o preço\custo a ser pago pela corrida ao crescimento sem limites.

Para Castoriades (1987) refletindo sobre a noção de desenvolvimento, demonstra a resistência, com base na problemática ambiental, ao modelo de desenvolvimento adotado:

Com insistência crescente, começou-se a levantar a questão do “preço” que os seres humanos e as coletividades tinham de “pagar” pelo crescimento. Quase simultaneamente, descobria-se que esse preço envolvia um elemento importantíssimo, que até então tinha passado em silêncio, e cujas conseqüências muitas vezes não diziam respeito diretamente a gerações presentes. Tratava-se do acúmulo maciço e talvez irreversível de danos infligidos à biosfera terrestre, resultante da interação destrutiva e cumulativa dos efeitos da industrialização; efeitos desencadeadores de reações ambientais que continuam para além de certo ponto, desconhecidos e imprevisíveis, e que poderiam eventualmente desembocar em uma avalanche catastrófica final, ultrapassando toda possibilidade de controle. (CASTORIADIS, 1987, p.137).

Para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única maneira de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono.

O pensamento da época era que a natureza poderia ser explorada ao máximo, sem ter a preocupação que aflora nos dias de hoje, que nos dias de hoje é a destruição ambiental, e a mesma pode causar danos irreparáveis para o ser humano.

Somente com o passar do tempo começou-se a pensar na natureza como fonte de esgotável recursos pensamento que está sendo aprimorado nos dias de hoje.

Para Diegues (1998), Gifford Pinchot, engenheiro florestal treinado na Alemanha, e criador do movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional, a natureza deveria ser transformada em mercadoria. Na sua concepção, a natureza é freqüentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; porque acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios; o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdícios; e o uso dos recursos naturais para benefícios da maioria dos cidadãos. Essas idéias foram precursoras do chamado desenvolvimento sustentável. A grande aceitação desse enfoque reside na procura do bem para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não-renováveis, assegurando a produção máxima sustentável.

Para Gonçalves (1998), a preocupação ecológica no Brasil emerge na década de 1970, através de um contexto histórico-cultural, no qual tecnocratas brasileiros, participantes de seminários e colóquios internacionais, afirmam que a “pior poluição é a da miséria” e tentam atrair o capital estrangeiro para o país. A pressão da preocupação ambientalista que cresce a nível internacional obriga as instituições financeiras públicas e privadas a colocarem exigências para a realização de investimentos no Brasil, pois teria que se preocupar com o meio ambiente. A partir desse momento, o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, para que os investimentos aqui chegassem. Essas instituições tinham técnicos em seus quadros, que se preocupavam com as condições de vida, mas na realidade estas instituições são determinadas pela política global de atração de investimentos e não pelo valor intrínseco da questão ambiental.

Segundo Gonçalves (1998), é com a anistia no final da década de 1970, que retornam ao Brasil diversos exilados políticos que vivenciaram os movimentos ambientalistas europeus e que vão trazer um enorme enriquecimento ao movimento ecológico brasileiro. Juntar-se-ão a outros que aqui já vinham defendendo teses ecologistas, como é o caso de José Lutzemberger. Podemos observar que o movimento ecologista é socialmente enraizado no Rio Grande do Sul, onde a AGAPAM (Associação Gaúcha de Preservação Ambiental) reuniu ecologistas a partir da luta contra a Borregaarde, empresa multinacional que poluía as águas do Rio Guaíba, na Grande Porto Alegre e onde José Lutzemberger, ex-agrônomo de uma grande empresa de agrotóxicos, rompe com a mesma e assume a causa ecológica e social. Mas a maior parte dos exilados políticos que abraçam a causa ecológica se encontra no Rio de Janeiro, onde já haviam algumas lutas ambientalistas, principalmente no norte fluminense (Campos e Macaé) e em Cabo Frio (luta pela preservação das dunas). De diferentes lugares sociais emergem discursos ecológicos e práticas contraditórias entre si.

São essas, portanto, as três fontes mais importantes de preocupação ecológica no Brasil: o Estado, interessado nos investimentos estrangeiros que só chegam caso se adotem medidas de caráter preservacionista; o movimento social gaúcho e fluminense, se bem que essas lutas ocorressem em todo o Brasil – vide a luta nacional da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB, liderada por Walter Lazarini, contra os agrotóxicos usados indiscriminadamente e a elaboração de seu “Receituário Agrônômico”; e, finalmente, a contribuição dos exilados políticos que aqui chegaram em fins da década de 70. (GONÇALVES, 1998 p.16).

Os movimentos ecológicos só surgiram no Brasil, devido às pressões internacionais junto ao governo brasileiro que contavam com os investimentos estrangeiros e com poucos brasileiros preocupados com a poluição de muitas fábricas que não estavam

interessadas na preservação do meio ambiente. A volta dos exilados políticos muito contribuiu, pois vinham de países já destruídos no que tange ao meio ambiente.

Nos países desenvolvidos e países em desenvolvimento, como exemplo o Brasil, cresce cada vez mais o interesse e a participação da população nas questões relacionadas à preservação do meio ambiente e também na tomada de decisão baseadas na avaliação de alternativas de projetos, nos quais a variável ecológica assume importância vital. De acordo com Fogliatti, Filippo e Goudard (2004) há vários organismos internacionais interessados na questão ambiental, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Bancos de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que irá exigir estudos de impacto ambiental para financiamentos de projetos e obras com potencial poluidor. Diante do exposto, essa exigência aliada a crescente conscientização da população quanto ao seu direito de reivindicar a garantia de qualidade de vida, contribuíram para a melhoria técnica gradativa dos estudos ambientais.

Segundo Cairncross (1992), o mais antigo e conhecido de todos os instrumentos econômicos são os impostos verdes. Foi manifestado um grande interesse por nossos governantes nos fins dos anos oitenta, mas tiveram origem numa idéia mais antiga. Em 1920, o economista Arthur Pigou propôs a idéia de um imposto como uma maneira de transpor o abismo entre o custo privado e o social que esta na raiz do dano ambiental.

Para Cairncross (1992), este tempo passou, pois atualmente viajam de cidade em cidade, discutindo cláusulas e o meio ambiente tornou-se a nova matéria da diplomacia internacional. Sabemos que a política ambiental não é nova e todo o governo nos dias de hoje aceita algum tipo de responsabilidade pelo meio ambiente de seu país. Cada vez mais, as questões que dominam a política ambiental são internacionais. As mais difíceis envolvem danos ambientais impostos por um país ou grupo de países sobre outros ou sobre o planeta.

Ainda segundo Cairncross (1992), as barreiras comerciais verdes podem ser a única forma de um país poder fazer pressão real sobre outro para garantir que suas companhias arcarão com os custos que seriam impostos sobre o meio ambiente. Quando somente o meio ambiente nacional sofre, os países sujos podem replicar com razão que aquilo que fazem com seus próprios rios não é da conta de ninguém. Assim, enquanto o meio ambiente de outros países sofre, a lógica do protecionismo verde é mais forte, pois países que concordam em reduzir a ameaça da poluição, dispõem de poucas formas de evitar os caroneiros, ou seja, aqueles países que se beneficiam gratuitamente da auto-restrição de outros. Mas com o protecionismo verde há uma forma de bloquear os caroneiros e, dessa

forma, conquistar o apoio de companhias limpas para assegurar um retorno internacional sobre seus investimentos. Assim, o protecionismo verde pode significar o mesmo que um subsídio especial a companhias limpas.

2.1 A Legislação Ambiental No Brasil

Durante o período colonial surgiram as primeiras preocupações com as questões ambientais no Brasil em busca da melhor maneira de se explorar os recursos naturais nas terras da colônia. Porém, somente em 1934 que surgiu o primeiro documento legal ambiental brasileiro: o Código de Águas, Decreto nº 24.643, de 10 de julho. Esse decreto definiu o direito de propriedade e também de exploração dos recursos hídricos para o abastecimento, irrigação, navegação, usos industriais e geração de energia.

Ainda segundo Fogliatti, Filippo e Goudard (2004) em 1937, surgiram mais dois textos legais: o Decreto nº 1.713, de 14 de julho, que criou o Parque Nacional de Itatiaia, no Sul do Estado do Rio de Janeiro e o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro, que organizou o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando proteção aos bens móveis e imóveis de interesse público por sua vinculação à história e a seus valores arqueológicos e bibliográficos.

Em 10 de outubro de 1940, com o Código das Minas (Decreto nº 1.985), foram definidas as atividades de exploração do subsolo dissociados do direito de exploração. Poderia se explorar as fontes evitando qualquer dano ao próximo, evitando a poluição do meio e ajudando a conservá-lo.

Para Fogliatti, Filippo e Goudard (2004) nos anos 60, criou-se no Brasil o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) para definir a função social da terra e, o novo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) que reconhece as florestas e as demais formas de vegetação brasileiras como bens de interesse comum a todos os habitantes do país, impondo limites ao direito de propriedade e definindo as Áreas de Preservação Permanente (APP).

A partir da década de 70, começaram a surgir entidades privadas, com o objetivo de melhorar a qualidade do meio ambiente. Como as Organizações não Governamentais (ONGs) e o Greenpeace. Em 30 de outubro de 1973, sob o governo de Emilio G. Médici, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) por meio do Decreto nº 73.030.

Segundo Fogliatti, Filippoe Goudard (2004) em dezembro de 1975, no estado do Rio de Janeiro, foi realizada a primeira manifestação da elaboração desta política com a adoção do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP), pioneiro na avaliação de impactos ambientais no Brasil. Quando o Estado julgasse necessário poderia solicitar a entrega do Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) para a instalação e o funcionamento de atividades potencialmente poluidoras. Possuindo alguns órgãos de apoio, como a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), responsável pela proteção ambiental na preservação da poluição ambiental e controle de utilização racional do meio ambiente, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), atua tanto como órgão técnico e executor da Política de Controle Ambiental e o Projeto Especial de Normalização de Licenciamento (PRONOL) responsável pela elaboração dos projetos de normas técnicas e administrativas necessárias para o funcionamento e gerenciamento do sistema.

Com a entrada em vigor da Lei n 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), é que a Avaliação de Impactos Ambientais adquiriu importância em nível federal, como um dos instrumentos da PNMA. Para Fogliatti, Filippo e Goudard (2004) entre as principais medidas da PNMA, destaca-se: a obrigação do poluidor de recuperar e\ou indenizar os danos causados ao meio ambiente (art.4º). Foi complementada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplinou a Ação Civil Pública, obrigando o poluidor a reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros; O licenciamento passa mais tarde pelo decreto nº 88.351\83 que determina a necessidade de obtenção de três licenças para o funcionamento de determinado empreendimento: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Essa determinação foi complementada pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 01\86 e nº237\97 com a vinculação da liberação de financiamentos e incentivos governamentais a aprovação de projetos ambientais; o zoneamento ambiental; o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental; a criação de unidades de conservação; os cadastros técnicos de atividades; os relatórios de qualidade ambiental; as penalidades disciplinares ou compensatórias; a instalação de equipamentos para controle ambiental e a criação ou absorção de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental.

Ainda segundo os autores surge em 1986 a Resolução nº 01, do CONAMA, que estabelece os critérios básicos para a exigência do Estatuto de Impacto Ambiental no licenciamento de projetos de atividades poluidoras, propostos por entidades públicas e privadas. Também surge a Resolução nº 16, estabelecendo regras para o Licenciamento

Ambiental de Atividades de Grande Porte e a Resolução nº 18, que instituiu o Programa de Controle de Poluição por Veículos Automotores-PROCONVE. Em 1987, surge a Resolução nº 09, do CONAMA, que trata da Audiência Pública, o que permite aos interessados esclarecer dúvidas sobre o conteúdo do projeto em análise e do Relatório de Impacto do Meio Ambiente.

Para Fogliatti, Filippo e Goudard (2004) o surgimento da nova Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que englobou toda a legislação vigente no país, dedicou um capítulo especial ao meio ambiente. Dessa forma, é consolidada a Política Nacional do Meio Ambiente estabelecida na Lei nº 6.938\81, através do artigo 225, que afirma que “Todos tem direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações”.

Temos a obrigatoriedade da exigência do Estudo de Impactos Ambientais para a instalação de obra ou atividade potencialmente poluidora (capítulo VI, artigo 225, & 1º, inciso IV), por parte do Poder Público, sendo a primeira Constituição do Mundo a inscrever este estudo no âmbito constitucional.

No ano de 1997 é aprovada a Lei nº 9.433, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), procurando atender aos preceitos da Constituição Federal de 1988 de uso racional e preservação dos recursos hídricos. A Lei nº 9.433\97 criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SNGRH), definindo como uma de suas diretrizes gerais de ação para a implantação da PNRH, a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental. Ainda nesse mesmo ano, temos outra resolução do CONAMA, a de número 237, que estabelece os procedimentos administrativos necessários ao licenciamento, desde a definição dos estudos necessários ao processo de licenciamento até o deferimento ou não do mesmo (FOGLIATTI, FILIPPO e GOUDARD, 2004).

A Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605, surge em 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes contra a fauna e a flora, e ainda outros crimes ambientais. Posteriormente, o Decreto Federal nº 3.179\99 regulamentou a Lei de Crimes Ambientais, dispondo principalmente sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Podemos ainda citar a Resolução nº 292, de 21 de março de 2001, que disciplina o cadastramento e recadastramento das Entidades Ambientalistas no Cadastro nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA) e a Resolução nº 306, de 05 de julho de 2002, que

estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para a realização de Auditorias Ambientais.

Para os autores o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e ainda pelas Fundações instituídas pelo Poder Público. Nele os órgãos ou entidades municipais são responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades similares as dos órgãos seccionais, porém nas suas respectivas jurisdições.

Segundo Fogliatti, Filippo e Goudard (2004) o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), atua tanto na gestão dos recursos hídricos com a Secretária de Recursos Hídricos (SRH) e com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), quanto na gestão ambiental com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e com o CONAMA. Temos também a Agência Nacional de Águas (ANA), criada pelo Congresso em sete de junho de 2000, transformando-se em Lei nº 9.984, e responsável pela implantação dos instrumentos de uso e outorga dos recursos hídricos no Brasil, baseado no modelo de gestão por bacias hidrográficas, nas quais as decisões sobre uso dos rios em todo o país devem ser tomadas por comitês de bacias organizadas.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) surgiu em 1989 com a Lei nº 7.735, que tem como finalidade: executar as políticas nacionais de meio ambiente relativas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e ainda sua fiscalização e controle, além de executar ações supletivas da União, de conformidade com a legislação em vigor e as diretrizes daquele Ministério. O IBAMA é constituído por cinco diretorias: Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental, Diretoria de Proteção Ambiental, Diretoria de Ecossistemas, Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros e Diretoria de Florestas. Mas é principalmente responsável pelo licenciamento ambiental a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938\81, de empreendimentos e atividades com significado impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, executando e fazendo executar políticas e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

2.2 As leis do Código Florestal brasileiro para Áreas de Preservação Permanente

É essencial que áreas próximas dos rios, sejam preservadas para melhor manter a qualidade do ambiente, para que haja o equilíbrio ambiental. Assim contamos com o Código Florestal brasileiro que se utiliza através da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, dois

instrumentos para amparar e proteger as áreas citadas acima sendo as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Área de Reserva Legal (ARL) sendo fundamentais para a proteção dos recursos naturais.

A Área de Reserva Legal varia conforme a região do país: 80% na propriedade ou posse rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal; 35% na propriedade ou posse rural situada em área de serrado localizada na Amazônia Legal; 20% na propriedade ou posse rural situada em área de floresta outras formas de vegetação nativas localizadas nas demais regiões do país; 20% na propriedade ou posse rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do país.

Segundo Santos (2011), o Código Florestal brasileiro pode ser denominado área de preservação permanente e reserva legal a partir do Artigo II que rege – área de preservação permanente: é área protegida nos termos dos arts. 20 e 30 desta lei, coberta ou não por vegetação nativa com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e ainda assegurar o bem-estar das populações humanas; enquanto Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

O artigo II da Lei 4.771/65 é de fundamental importância na proteção de rios e nascentes, pois determina uma medida de faixa de matas ciliares (formação vegetal que está associada aos cursos d'água cuja ocorrência é favorecida pelas condições físicas locais, principalmente relacionadas à maior umidade do solo), que deve ser deixada. No caso dos rios, essa medida varia de acordo com a largura do canal do rio principal e dos seus afluentes.

LARGURA DO CURSO DE AGUA (METROS)	LARGURA DA APP (METROS)
Menos de 10	30
De 10 a 50	50
De 50 a 200	100
De 200 a 600	200
Maior que 600	500
Nascentes	50

Quadro 1: Largura do curso d'água e Largura da APP Metros

Fonte: SCAPINI, Cladis R. K. Pesquisa Bibliográfica, 2011

No Estado de Mato Grosso do Sul há a Polícia Militar Ambiental, que subordinada ao IBAMA desenvolve o trabalho de fiscalizar o meio ambiente nos municípios e também de prender e multar possíveis infratores, responsáveis por danos ao Meio Ambiente.

O município de Guia Lopes da Laguna conta com a Lei nº 952/2008 de 26 de março de 2008 que dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências. A política do Meio Ambiente do Município de G. L. L. tem como objetivo, respeitar as competências da União e do Estado, manter ecologicamente equilibrado o meio ambiente, considerando bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, razão pela qual impõe-se ao poder público o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo.



Figura 1: Rio Miranda
Fonte: SCAPINI, Cladis R. K, 2011.



Figura 2: Margem Direita do Rio Miranda
Fonte: SCAPINI, Cladis R. K, 2011.

Compete a essa lei municipal manter a preservação, conservação e recuperação dos rios e das matas ciliares; estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagens de bacias hidrográficas dos Rios: Miranda, Santo Antônio, e Prata. Ela também concede licenças, autorizações e fixa limitações administrativas relativas ao meio ambiente.

CAPITULO III - CARATERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Segundo Gressler (2005) Mato Grosso do Sul originou-se de Mato Grosso, sendo inicialmente povoado por povos indígenas. As primeiras tentativas de povoamento iniciaram-se por volta de 1579, quando a comunidade de Xerez foi fundada nas proximidades dos rios Miranda e Aquidauana, sendo mais tarde disputada por Guaicurus. O estado inicialmente foi dominado pelos espanhóis, mas devido às longas distâncias com o resto do país, cidades foram sendo fundadas. Inicialmente, Coxim em 1729, seguida do Forte Coimbra em 1775, e em 1778, Corumbá teve sua área ocupada na tentativa de estabelecimento de fronteira.

Os irmãos Joaquim Francisco Lopes e José Francisco Lopes foram com algumas poucas famílias os primeiros ocupantes do sul de Mato Grosso do Sul, formando colônias como as de Dourados e Rio Brillhante.



Figura 3: Estado de Mato Grosso do Sul
Fonte: guianet

Não havendo entendimento sobre as fronteiras do Brasil e Paraguai, a partir de 1843 o Paraguai passou a reivindicar terras brasileiras, iniciando-se a Guerra do Paraguai, houve tentativas diplomáticas pelo governo brasileiro, firmando convenções acerca da navegação no Rio Paraguai. Porém, seis anos depois Francisco Solano López invade o

território matogrossense. A intenção do ditador era a de criar um Paraguai maior, anexando a seu território o estado do Rio Grande do Sul e Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) Brasil, Argentina e Uruguai. (NARLOCH, 2009)

Com o término da Guerra do Paraguai, teve início uma nova etapa no processo de povoamento no estado, a fixação de ex-combatentes brasileiros e paraguaio-guaranis nas terras de Mato Grosso. Inicialmente dedicaram-se ao trabalho no campo, e mais tarde à exploração da erva-mate, a serviço da Companhia Matte Larangeira, importante exploradora dos ervais nativos da região de fronteira, de propriedade de Tomaz Laranjeira, que, em 1882, adquiriu o monopólio para explorar os ervais. Por um longo período a Companhia Matte Larangeira explorou quase dois terços do território do atual estado do Mato grosso do Sul, possuindo grande influência nas decisões políticas e na economia do estado.

Após um estudo detalhado, o Presidente Ernesto Geisel encaminhou ao Congresso um projeto de Lei, criando o estado de Mato Grosso do Sul com a capital em Campo Grande, pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. O primeiro governador foi Harry Amorim Costa, nomeado pelo Presidente da República, assumindo em 1º de janeiro de 1979.

Quanto à hidrografia dois são os principais rios do mato Grosso do Sul: Paraná e Paraguai, ambos pertencentes à Bacia Platina. Todos os outros rios são afluentes desses dois rios. O Rio Paraná é o rio de maior aproveitamento hidrelétrico no país, fornecendo energia através de Itaipu, Porto Primavera e Urubupungá.

O Rio Paraguai tem cerca de 2.800 km e atravessa a planície do Pantanal, sendo muito utilizado na navegação regional responsável pelo progresso na região. Os principais afluentes do rio Paraguai no estado do Mato Grosso do Sul são Taquari, Negro, Miranda e Apa. Do Rio Paraná, Aporé, Sucuriú, Verde, Pardo, Ivinhema Amambaí e Iguatemi. O Rio Paraná é um rio acidentado, pouco usado para navegação, enquanto o Rio Paraguai é um rio de planície e em grande parte navegável. Destaca-se ainda a maior parte da planície do pantanal mato-grossense, conhecida como a mais extensa planície alagada do mundo, suas inundações são freqüentes e são causadas pela falta de declividade e pelas enchentes dos rios da região. (GRESSLER, 2005).

No território do estado do Mato Grosso do Sul, existe um reservatório de água subterrânea que faz parte do aquífero Guarani. Formado pelas águas das chuvas que foram escorrendo lentamente para o subsolo durante cerca de 100 milhões de anos. O Aquífero Guarani constitui-se em uma importante reserva estratégica para o abastecimento da população. Há uma grande preocupação em preservar o Aquífero de qualquer contaminação por ser uma grande reserva de água.



Figura 4: Aquífero Guarani

Fonte: UOL, 2011

3.1. Aspectos gerais e localização do município de Guia Lopes da Laguna – MS

O surgimento do município de Guia Lopes da Laguna e sua povoação iniciou com a exploração da região pelos castelhanos, sediados no Paraguai, e mais tarde pelos bandeirantes. Porém, várias referências históricas indicam José Francisco Lopes, o Guia Lopes, como o primeiro morador de Guia Lopes da Laguna, por volta de 1848. Após os Lopes, vieram os Barbosa, que eram pecuaristas no Planalto de Maracajú. O vilarejo constituído por essas famílias, soldados e outros desbravadores sofreram com as invasões paraguaias comandadas por Urbietta, durante a Guerra do Paraguai. (DALMOLIN, 2002).

Através da construção de um vilarejo, às margens do Rio Miranda, para abrigar os trabalhadores e a 1ª Cia. do 4º Batalhão de Sapadores que acompanharam a construção da rodovia Aquidauana a Porto Murtinho e a Bela Vista pela CER-3, que na época era subordinada ao Ministério da Guerra, surgindo a cidade de Guia Lopes – MS.

Esse fato atraiu os primeiros moradores para o vilarejo, surgindo as primeiras residências e depois os dois primeiros comércios, administrados pelos senhores Ozias de Souza Santos e Osvaldo Fernandes Monteiro. Podem ser citados outros moradores como: José Francisco Lopes, filho de Guia Lopes; Jaime Artigas, Basílio Barbosa e Aurélio Rodrigues de Souza.

Segundo Dalmolin (2002), como todos os municípios possuíam dificuldades de trânsito devido às longas distâncias entre eles só eram percorridos a pé ou a cavalo, o vilarejo cresceu mais que o esperado. Destacaram-se na época, o capitão Frederico de Farias e o fazendeiro Fábio Martins Barbosa, que foram incumbidos de dar uma denominação para o local onde moravam. Escolheram em homenagem a José Francisco Lopes, “o Guia Lopes”, a denominação de Patrimônio Guia Lopes. Esse fato ocorreu no dia 19 de março de 1938 e originou-se a data do aniversário da cidade. No dia 5 de junho do mesmo ano, transferiu-se o novo povoado à responsabilidade das autoridades civis de Nioaque.

Nesse momento passa a ser considerado Distrito de Nioaque pelo Decreto Lei Federal nº 9055 de 12 de março de 1946 do Território de Ponta Porã, foi promulgado em 18 de setembro do mesmo ano por Ato disposto nas constitucionais transitórias do Território de Ponta Porã. Passou a ser denominado Guia Lopes da Laguna em 30 de setembro de 1948, através da Lei nº. 140, permanecendo aos domínios de Nioaque pelo período que vigorou entre 1949 -1953, voltando a ser considerado Distrito de Guia Lopes da Laguna. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Guia Lopes da Laguna, através da Lei Estadual nº 678, de 11 de dezembro de 1953, sendo assim desmembrado de Nioaque.



Figura 5: Mapa de Guia Lopes da Laguna - MS
Fonte: Google Imagens, 2011.

O município de Guia Lopes da Laguna está localizado entre a Serra de Maracajú e o Rio Miranda ao sudoeste do estado de Mato grosso do Sul, possui uma área de

aproximadamente 1210,47 Km², fazendo limite com os municípios de Maracajú, Bonito, Jardim, Nioaque e Ponta Porã. Pertencendo à microrregião da Serra de Bodoquena.

A economia do município baseia-se, principalmente, na agropecuária e no comércio. Há uma pecuária extensiva de corte e uma exploração mais modesta no gado leiteiro, feita principalmente por famílias de pequenos produtores. O comércio é pouco desenvolvido e a agricultura é basicamente de subsistência baseando-se no plantio de mandioca, milho, arroz, frutas cítricas, banana e hortaliças.

O município possui recursos hídricos em abundância, tendo como destaque os rios: Miranda, Santo Antônio, Canindé, Feio, Desbarrancado, São Francisco, Ramalhete, além de vários riachos, regatos e córregos. O Rio Miranda era em outras décadas conhecido nacionalmente por ter sido um rio altamente piscoso.

Através de estatísticas do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2000, a população de G. L. L. total era de 11.115 pessoas. Já no censo de 2007, houve uma redução na população para 10.208 pessoas, com grande concentração urbana, 8.423 habitantes na cidade e 1.185 na zona rural, principalmente nos dois assentamentos, que são: Assentamento Rio Feio e Assentamento Retirada da Laguna.

O fator responsável pela evasão demográfica ocorrida nos últimos anos acontece principalmente pela busca de melhores condições econômicas, social e educacional, pois o município continua a ser um interposto para viajantes e mercadorias, atrativos e soluções para a mão-de-obra excedente.

CAPÍTULO IV - METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, definiu-se como objeto de estudo de caso, o Assentamento Retirada da Laguna com a finalidade de identificar os possíveis problemas ambientais ocorridos e seu reflexo na condição econômica local.

4.1. Procedimentos metodológicos da Pesquisa

4.1.1. Delimitação da Pesquisa

Tendo esse trabalho de pesquisa buscado estudar a questão ambiental no Assentamento Retirada da Laguna, fez-se necessário um levantamento teórico, com pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, bem como uma pesquisa de campo, além de reuniões e discussões com a orientadora, assim como análise e interpretação das informações da Entrevista aplicada aos moradores ribeirinhos do Assentamento Retirada da Laguna em outubro de 2011.

4.1.2. Coleta e definições das variáveis

Definida a fase conceitual, delineamos a parte prática da pesquisa através de coleta de informações a campo (A investigação baseada foi realizada através de trabalho de campo, entrevista), (ANEXO A) no que diz respeito a dados documentados e disponíveis na Região em estudo. O presente projeto foi conduzido em três fases: mobilização, estruturação e resultados.

4.1.3. Primeira Fase – Mobilização

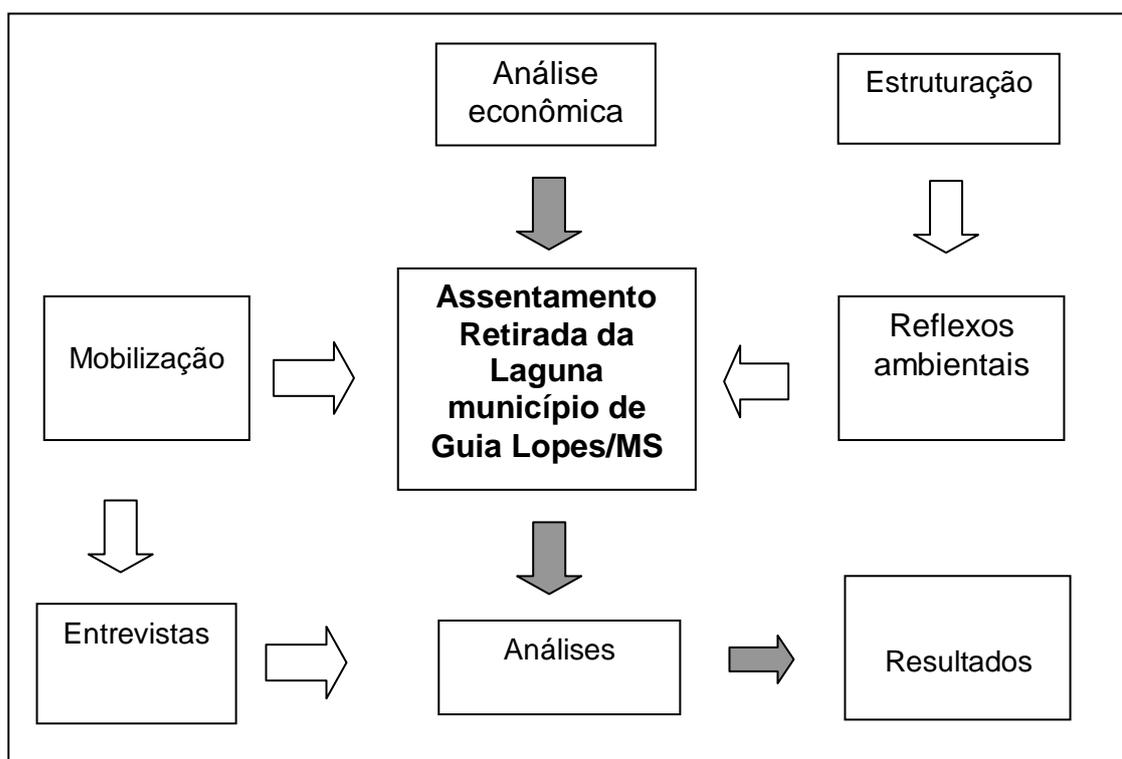
O trabalho focou-se toda a margem direita do Rio Miranda, no Assentamento Retirada da Laguna. Onde foram aplicadas 12 entrevistas somente aos ribeirinhos e sua elaboração foi realizada previamente para melhor se compreender a real situação ambiental e econômica da área.

4.1.4. Segunda Fase – Estruturação

Foram fotografadas as erosões da encosta, banco de sedimentos arenosos no leito do Rio, e foi verificado se as matas ciliares estavam devidamente preservadas.

4.1.5. Terceira Fase – Resultados

Todos os dados ambientais e econômicos pesquisados serão divulgados aos órgãos públicos e aos moradores do Assentamento Retirada da Laguna no Rio Miranda.



Quadro 02 - Cadeia simplificada das fases pesquisadas.

O emprego desses procedimentos permitiram que se coloque à disposição os resultados dessa pesquisa que foram processadas através de análises, os quais se tornarão públicas as mesmas diagnosticadas e prognosticadas sobre a realidade estudada no Assentamento Retirada da Laguna município de Guia Lopes no estado do Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO V - ANÁLISE E DISCUSSÕES DAS VARIÁVEIS

A fase inicial do Trabalho de Conclusão de Curso foi a descida do rio Miranda de barco, conhecendo melhor a situação do rio na margem direita, observando e fotografando. Posteriormente foram realizadas as entrevistas, cujo principal intuito era aplicar um questionário para coletar informações junto aos moradores do Assentamento Retirada da Laguna, MS, que prontamente colaboraram com a realização desse trabalho, à medida que dispuseram de tempo para responder o questionário proposto, sendo indispensável essa fase para a conclusão desse estudo.

As informações coletadas na pesquisa de campo e no questionário, permitem conhecer melhor a opinião das doze (12) famílias ribeirinhas do Assentamento Retirada da Laguna. No período das entrevistas, pôde se perceber a solidão e o abandono de muitos, principalmente de pessoas idosas, que moram sozinhas. Outros negam pescar, mas possuem pesqueiros no próprio lote.

Com as análises prontas, as variáveis obtidas servirão e demonstrarão a pouca conscientização ambiental existente junto aos moradores e a falta de motivação para reflorestar as áreas degradadas.

A situação atual do meio ambiente na área pesquisada é muito preocupante, pois há a exploração dos solos indiscriminadamente, sem a proteção das matas ciliares. Além disso, há a resistência dos moradores em reflorestar, o que é grave, pois os problemas desse impacto já são visíveis no Rio Miranda.

Os dados a seguir resultam da análise de dados do diálogo com os moradores do Assentamento Retirada da Laguna e de observações realizadas no mesmo.

5.1. Análise das variáveis nos Lotes do assentamento Retirada da Laguna

Das doze (12) famílias ribeirinhas entrevistadas, sobre a quantidade de pessoas que residem no lote, 16,66% dos entrevistados respondeu ter 2 pessoas residindo no lote, 16,66% responderam 3 pessoas, 25% responderam 3 pessoas e 41,68% responderam 4 pessoas. Não há lotes com 5 pessoas ou mais, pois os jovens tem abandonado o assentamento em busca de melhores oportunidades na cidade, por esse motivo os jovens migram para as cidades de Guia Lopes da Laguna-MS e Jardim- MS.

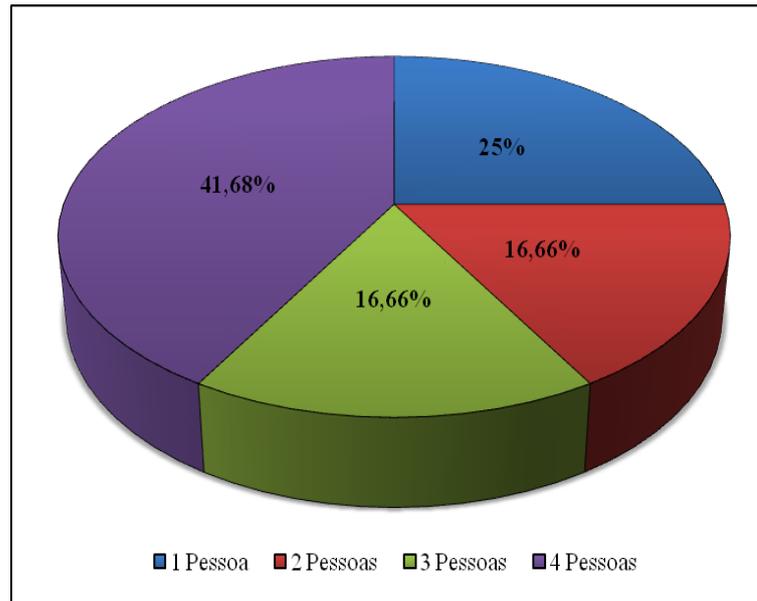


Figura 6: Quantidade de pessoas residente nos lotes

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011

Constatamos que as famílias, com 3 pessoas que tem uma dependência maior da produção do lote com 33,34%. Já nas de 2 pessoas a dependência é de 25%, o mesmo percentual acontece nas com 4 pessoas e quando há 1 pessoa é de 16,66%. Muitas pessoas residem no lote, mas deslocam-se todos os dias até as cidades onde trabalham, retornando somente à noite, portanto, não dependem da produção do lote.

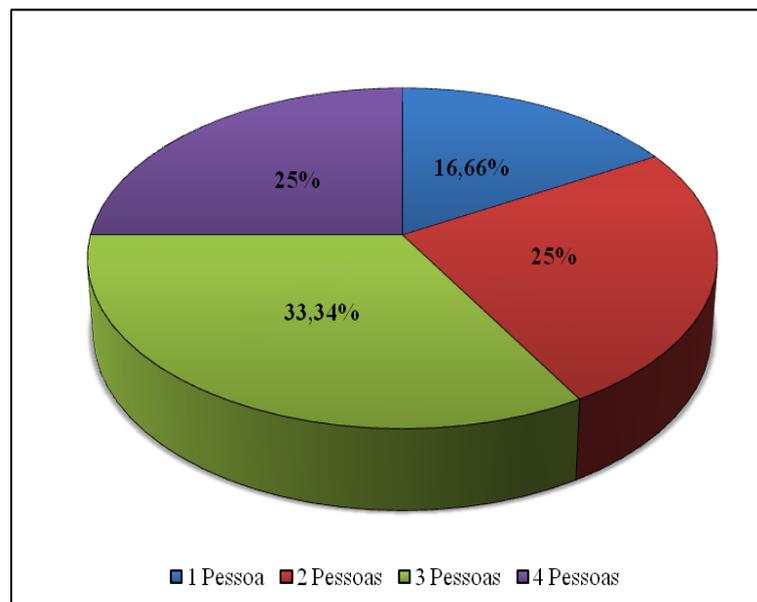


Figura7: Quantidade das pessoas que dependem da produção do lote

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011

Por ser pequena propriedade da maioria dos assentados, 50% dedicam-se à produção de gado leiteiro, pois há facilidade de vender o produto, uma vez que o

assentamento possui um laticínio para a industrialização do leite. Enquanto 33,33% têm sua economia voltada para o gado de corte, são principalmente pessoas aposentadas e outras que não moram no lote, mas há pessoas que cuidam. E 16,66% são da produção agrícola, essencialmente voltada para a produção da mandioca, que é comercializada nas cidades de Guia Lopes da Laguna e Jardim.

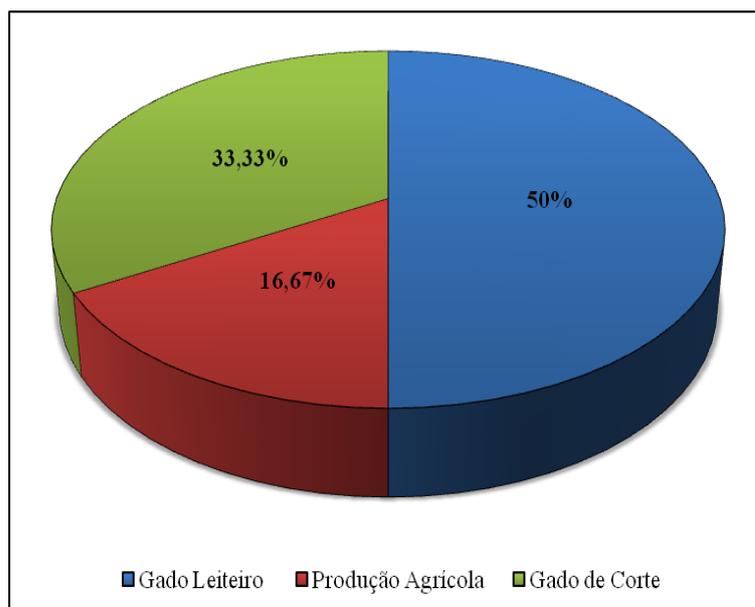


Figura 8: A produção do lote

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011.

Os dados apresentados em relação ao êxodo rural do assentamento são preocupantes, pois 66,66% compraram o seu lote e muitos já são os terceiros moradores. Somente 33,33% receberam seus lotes do INCRA. Muitos venderam após a escassez de peixes no rio Miranda, pois eram pescadores no rio Paraná e não tinham outra profissão. Outros se aposentaram e venderam seu lote para morarem na cidade.

As causas do êxodo no assentamento são a não adaptação no local e pela distancia do lugar de origem que era Guaira-PR. Muitas famílias deixaram parte de suas famílias, para receberem os lotes no Assentamento Retirada da Laguna, que inicialmente deixava transparecer que seria fácil a adaptação pela grande quantidade de peixes que existiam no Rio Miranda, mas logo perceberam que a terra de baixa produtividade e posteriormente teve a escassez de peixes fez com que as famílias assentadas passassem por dificuldades financeiras, o que resultou no êxodo dessas famílias para as cidades próximas ao assentamento e grande maioria optou voltar para o local de origem para sobreviverem da pesca.

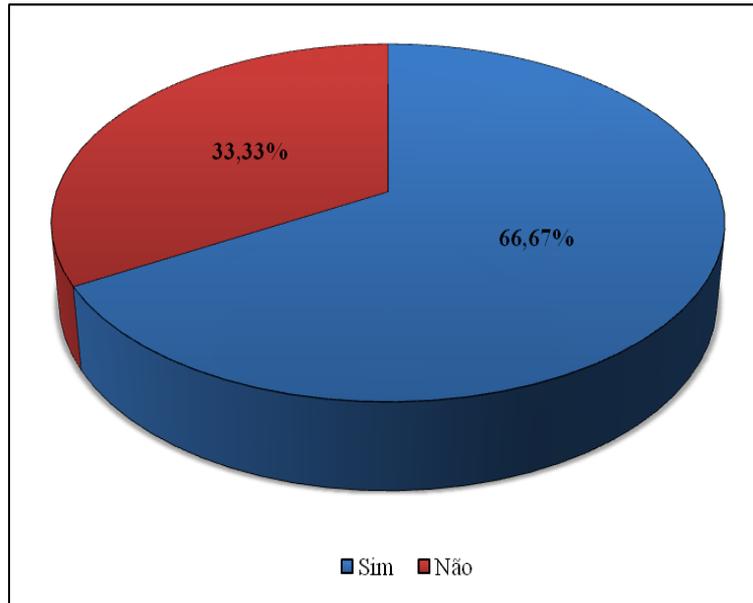


Figura 9: Famílias assentadas

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011.

Constatamos anteriormente que 33,33% das famílias são assentadas. Porém, 50% das famílias que adquiriram lotes o compraram há mais de 12 anos. Nenhuma família comprou há 2 anos e 8,34% adquiriram há mais de 4 anos ou 8 anos. Através da entrevista foi possível constatar que alguns moradores compraram seus lotes a mais de 20 anos. O A. R. L. surgiu em 1985.

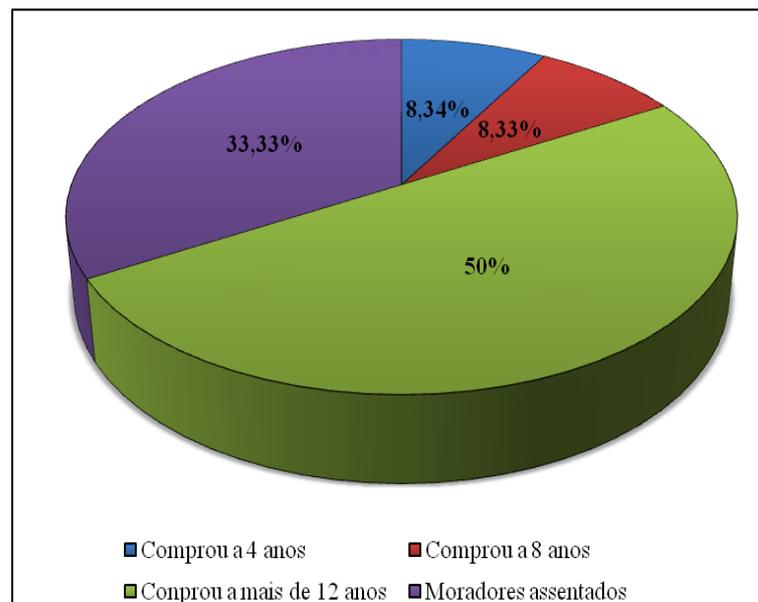


Figura 10: Adquiriu o lote á quanto tempo

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011

Dos entrevistados 75% afirmaram não receber visita do INCRA pelo fato de alguns já terem recebido o Título Definitivo da Propriedade da Terra. 25% afirmaram ter recebido a visita do INCRA, mas a afirmação não foi convincente. Foi constatado que quando necessitam de assistência governamental os moradores dirigem-se à cidade e procuram os órgãos competentes.

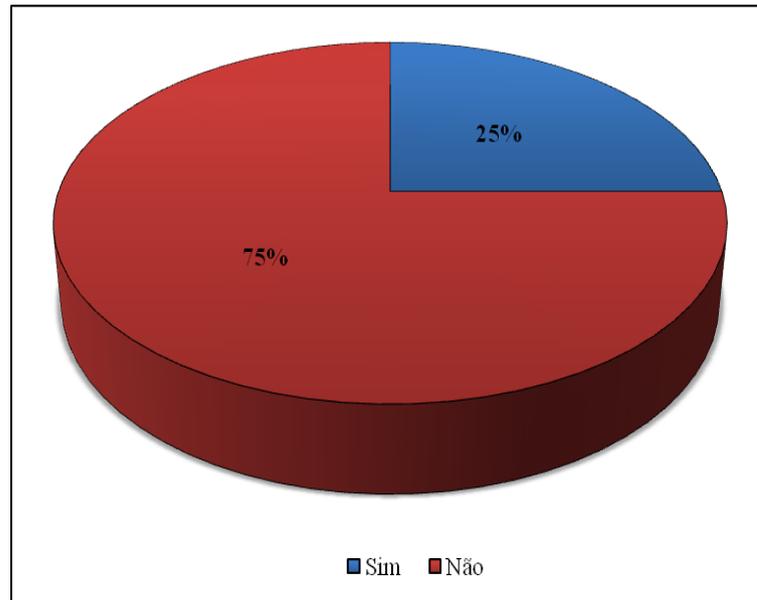


Figura 11: As famílias recebem a visita do INCRA para inspecionar
Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011.

A maioria dos entrevistados, 58,34% prefere manter-se com recursos próprios, pois dos 12 lotes, em 5 há alguém da família aposentada, fato que auxilia na renda familiar, assim, somente 41,66% já recorreram a bancos para adquirir financiamentos.

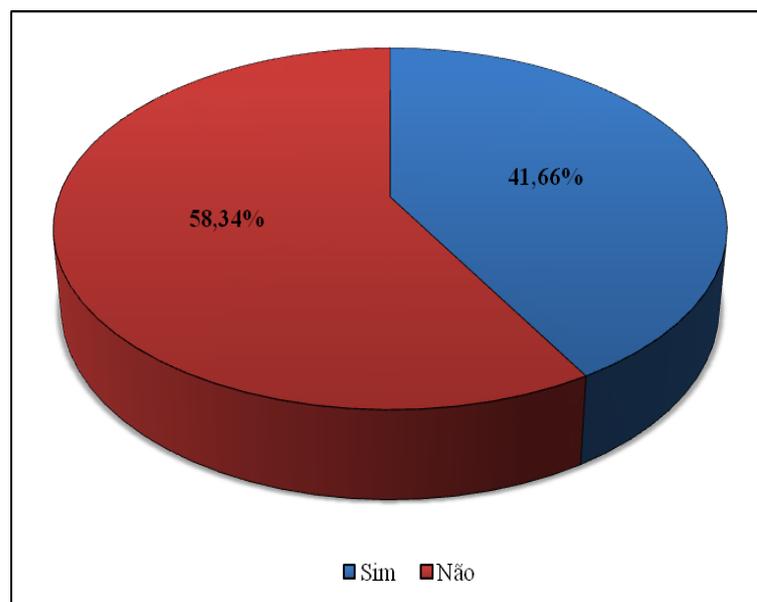


Figura 12: As famílias recebem financiamento pelo órgão federal
Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011.

Nesse item houve 4 alternativas: semanalmente, mensalmente, às vezes e raramente. 66,67% responderam raramente e 33,33% responderam às vezes. Mas na realidade os assentados estão totalmente abandonados pelos órgãos públicos e muitos deixam claro que na realidade eles nunca são visitados, quando necessitam de assistência técnica são eles que têm de procurar o órgão competente.

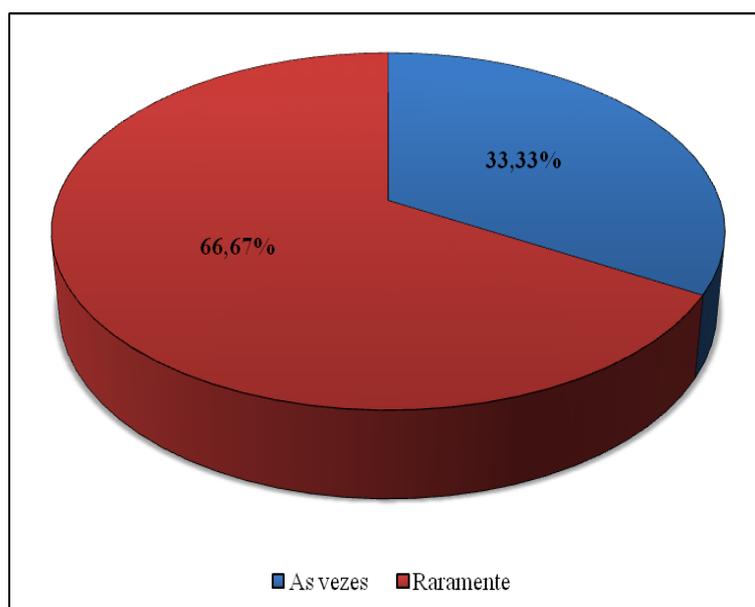


Figura 13: A AGRAER está dando a assistência técnica necessária
Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011.

As respostas de 5 hectares, 25%, e mais de 7 hectares, 16,66%, referem-se à maioria dos assentados e não daqueles que compraram os lotes, porque quando a propriedade foi destinada à reforma agrária ela era considerada improdutiva. Todos que receberam os lotes (12 famílias ribeirinhas) possuíam a APP (Áreas de Preservação Permanente). Os que responderam 1 h. são 16,66%, e 3 h. 41,68%, compraram suas propriedades já sem as Áreas de Preservação Permanente e o mais grave sem as matas ciliares do Rio Miranda.

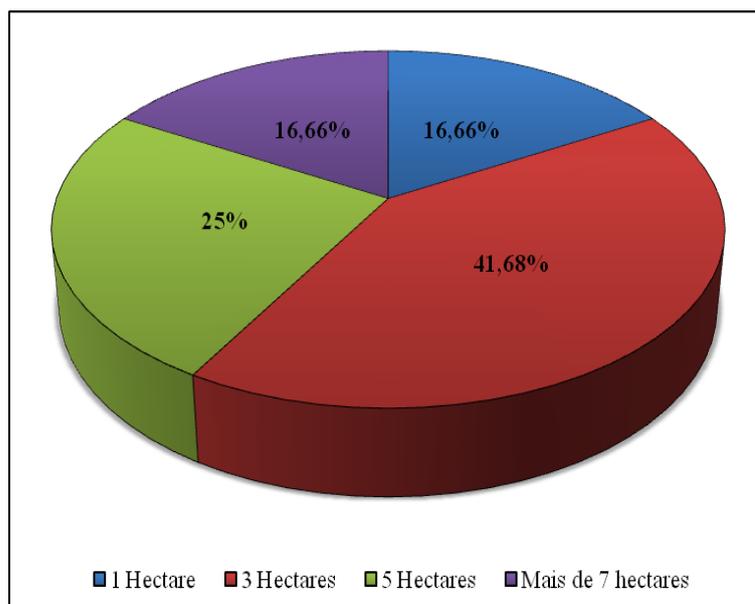


Figura 14: Quantas hectares haviam de matas ciliares quando adquiriram o lote
Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011.

É preocupante a diminuição das matas ciliares no período de 26 anos do Assentamento Retirada da Laguna. Os 16,66% que declararam 5 hectares e os 8,33% mais de 7 hectares de matas, faltavam com a verdade pois através da pesquisa a campo foi possível ver o impacto produzidos pelos ribeirinhos. Aqueles que possuem 3 hectares somam 66,66% e 1 hectare é 8,35%. A alegação dos moradores é de que a área é muito pequena, pois 25 hectares não são suficientes para a sobrevivência no lote.

Possuímos no Brasil varias leis na questão ambiental, mas as dificuldades estão na falta de conscientização das pessoas, e na não cobrança dos órgãos públicos para que essas leis sejam cumpridas.

Pouco se tem feito para tentar evitar a degradação no Assentamento Retirada da Laguna, como algumas contenções de erosão através de curvas de nível e alguns assentados já estão isolando as matas ciliares através de cercas.

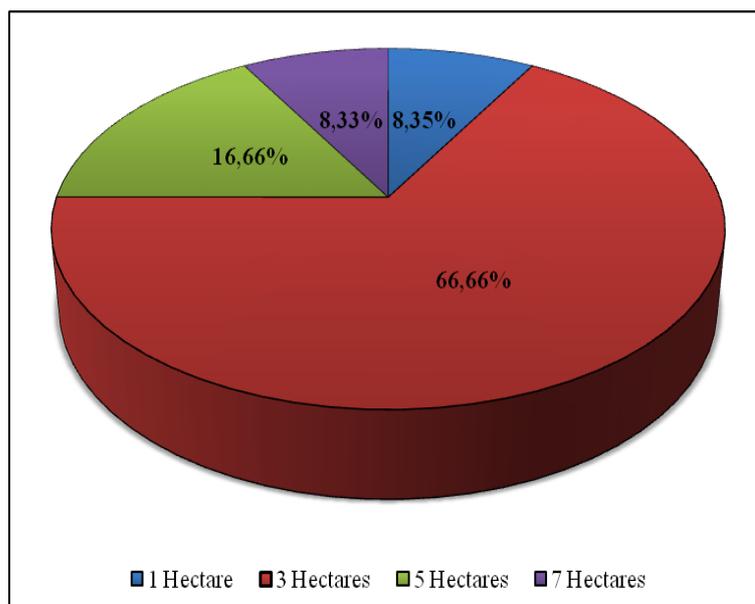


Figura 15: Quantas hectares existem hoje de matas ciliares

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011.

16,68% acham o reflorestamento ruim, principalmente as pessoas com idade mais avançada. Ninguém respondeu regular. 33,33% acham bom e 33,33% muito bom e 16,66% acham ótimo. Os que acham muito bom ou ótimo são os poucos jovens que encontram-se no assentamento. Através deles podemos constatar que a conscientização ambiental, ensinada nas escolas é fundamental para termos um futuro ecológico melhor.

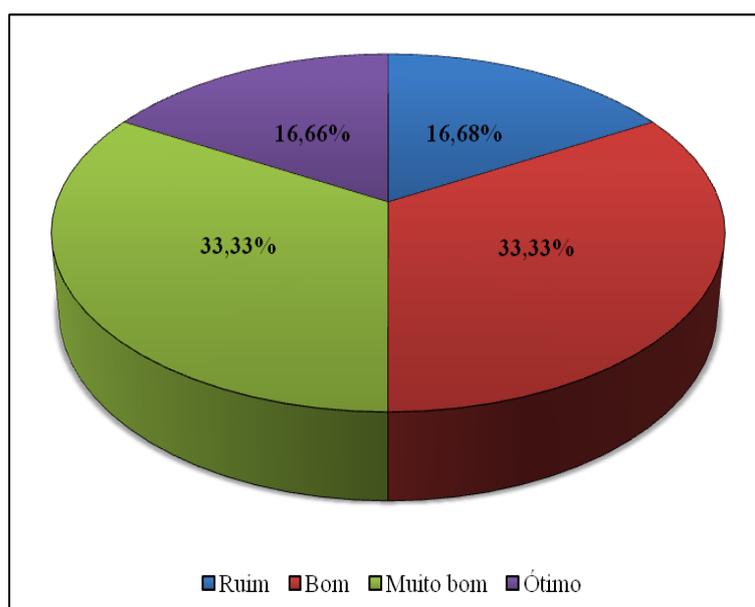


Figura 16: O que os assentados pensam sobre o reflorestamento

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011

Muitos responderam que tem a reserva legal, mas através da visita nos lotes, foi possível constatar que a reserva legal em grande parte está ausente. E os outros 50%, responderam que gostariam de reflorestar, e deixaram claro, se fosse o caso deles, mas como eles tinham a reserva legal não seria necessário.

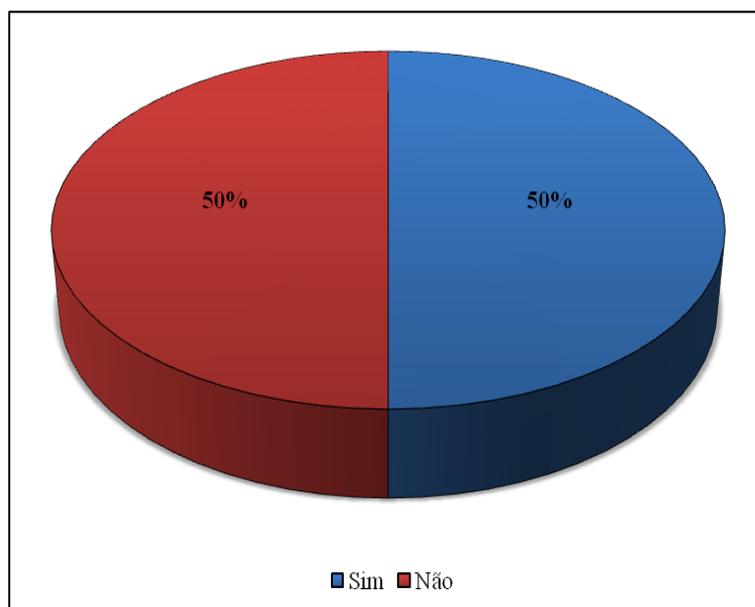


Figura 17: Gostaria de reflorestar a área
Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011.

Os 75% que responderam que sim, acham muito importante que os órgãos públicos produzam mudas, pois alguns que gostariam de reflorestar não tem condições de produzir as mesmas, mas os 25% restantes acham que os governantes deveriam ter outras prioridades como melhorias em infra-estrutura no assentamento como construção de estradas, pontes de qualidade e na educação, e que não valeria a pena plantar árvores, pois o gado pisotearia as mudas, além do trabalho ter de irrigar essas mudas.

Os assentados que estão de acordo com o plantio de mudas para reflorestar a área, acham que essas mudas deveriam ser produzidas na Escola Agrícola de Guia Lopes da Laguna-MS, devido a escola disponibilizar de um amplo espaço que se encontra ocioso atualmente, e essas mudas deveriam ser produzidas com o auxílio da AGRAER e Secretaria de Meio Ambiente do município, pelo fato dos mesmos terem em sua área técnicos competentes capazes de produzirem as mudas. Após a produção das mudas essas deveriam ser cedidas aos assentados sem custos financeiros para o reflorestamento das áreas degradadas.

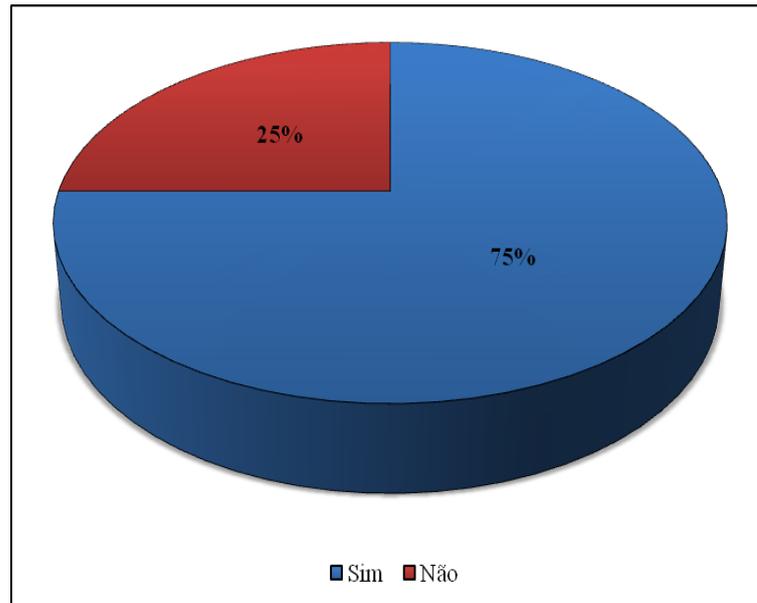


Figura 18: Aceitação da produção de mudas.

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa a campo, 2011.

Curiosamente, 50% responderam raramente e 16,66% nunca, quando na realidade, foi realizada a descida do rio Miranda, e todos os lotes possuíam pesqueiros, prova concreta de que há pesca nesses locais. Em um deles havia espera para sevar peixes e um barco em uma baía protegida pela vegetação. E no período da entrevista haviam pescadores profissionais no referido lote. Somente 33,34% responderam de vez em quando. Somente uma moradora foi sincera e admitiu, que se pegasse um peixe todos os dias só comeria peixe.

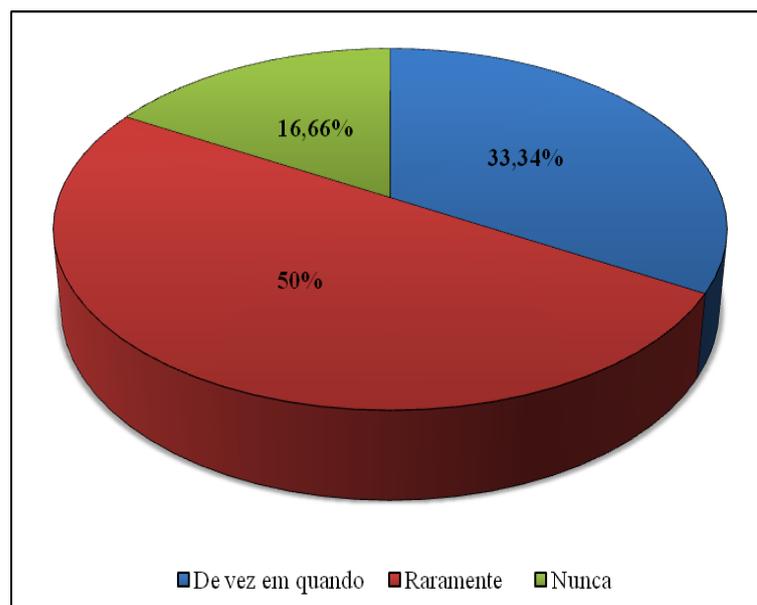


Figura19: A pesca ocorre com que freqüência em sua propriedade

Fonte: SCAPINI, C. R. K. Pesquisa á campo, 2011

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas mudanças vêm ocorrendo no Brasil em relação ao espaço agrário, principalmente no que se refere à reforma agrária, surgida da necessidade de acomodar famílias que devido a incentivos governamentais para produzir mais e também a tecnologia empregada no campo, levou a um êxodo rural, devido à pouca utilização de mão de obra, à concentração de terras e à expansão de fronteiras agrícolas.

Na ocasião da aquisição da propriedade Santa Luzia em 1984 para a formação do Assentamento Retirada da laguna, não havia pesquisas e discussões, tão focadas como nos dias de hoje referentes aos problemas ambientais e aos pensamentos em torno dos temas ecológicos. Isso é retratado claramente nas pesquisas realizadas no Assentamento, pois os jovens estão preocupados em recuperar as áreas degradadas, enquanto os demais não acham importante essa recuperação.

A análise feita no Assentamento Retirada da Laguna no período das pesquisas, traz um legado preocupante do ponto de vista ambiental, pois na área de estudos foi possível constatar: má conservação das matas ciliares e em algumas áreas a sua ausência total, além dos intensos processos erosivos na margem direita do Rio Miranda onde se localizam os 12 lotes pesquisados verificamos o uso inadequado da reserva legal e o desmatamento de áreas de nascentes.

Os objetivos desse trabalho foram alcançados, pois se diagnosticou a real situação do Assentamento Retirada da Laguna, a falta de orientação e conhecimento das pessoas em relação ao meio ambiente.

A preocupação refere-se principalmente aos órgãos públicos responsáveis por essas famílias, desde que adquiriram a propriedade para a efetuação do assentamento, porque não ha a assistência necessária. Quando o assentado necessita de assistência técnica, ele tem de dirigir-se ao órgão público competente.

Para reverter essa situação de degradação são necessárias políticas públicas que visem à recuperação e à preservação das áreas afetadas, contudo os investimentos em conscientização e educação ambiental dos Assentados também são importantes.

Nos dias atuais, é importante que hajam procedimentos para a instalação de Assentamentos em áreas rurais. Antes de qualquer iniciativa, devem ser desenvolvidos estudos aprofundados com geógrafos e ambientalistas para que o processo de análise de impactos ambientais seja real e decisório.

BIBLIOGRAFIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Caderno Prudentino de Geografia; Geografia e Globalização, Presidente Prudente: AGB,1996. Texto 25.

BECKER, B. K. Amazônia. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

BRASIL. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Reforma Agrária: Compromisso de Todos. Brasília, 1997.

CAIRNCROSS, Frances. Meio ambiente: custos e benefícios; tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Nobel, 1992.

CARTER, Miguel: Combate a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil; (org.); [tradução de Cristina Yamagani]. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CASTORIADIS, C. As encruzilhadas do labirinto\2. Os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DALMOLIN, José Vicente. Guia Lopes da Laguna: Mato Grosso do Sul: Nossa terra, nossa gente, nossa historia. 1ª Versão digital, 2002.

D'AQUINO, Terezinha. Reforma Agrária e cidadania em tempos de globalização. In: Simpósio Multidisciplinar Internacional “O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização”, Marília: UNESP, 1997a.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; O mito moderno da natureza intocada. 2ª ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1998.

DREW, David. Processos Interativos Homem-Meio Ambiente. Difel Difusão Editorial Ltda. 1983.

FABRINI, João Edmilson. A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: O caso Itaquiraí. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1995.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Assentamento Sul Bonito: As incertezas da travessia na luta pela terra. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.

FOGLIATTI, Maria Cristina; Avaliação de impactos ambientais: aplicação aos sistemas de transportes\ Maria Cristina Fogliatti, Sandro Filippo, Beatriz Goudard. –Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto: Os (des) caminhos do meio ambiente\ Carlos Walter Porto Gonçalves. 6 ed. – São Paulo: Contexto. 1998. – (temas atuais).

GRESSLER, Lori Alice. Mato Grosso do Sul: Aspectos históricos e geográficos. Dourados, MS: L. Gressler

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). Revista Brasileira: Terra e Poder, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar/ago 1986.

MARTINS, Jose de Souza. A Militarização da Questão Agrária. Petrópolis, Vozes, 1984.

----- Reforma Agrária: O Impossível Diálogo\Jose de Souza-1 ed. 1 reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MENEGAT, Alzira Salete, No Coração do Pantanal: Assentados na Lama e na Areia; As Contradições entre os Projetos do Estado e dos Assentados no Assentamento Taquaral - MS. Editora UEMS, Editora UFGD, Dourados\MS, 2009.

MORENO, Gislaene. Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em mato Grosso do Sul. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

MORETTI, Edvaldo Cesar; Reflexões sobre a relação sociedade natureza e a crise ambiental. UFGD-Dourados. 2004.

NARLOCH, Leandro. Guia politicamente incorreto da historia do Brasil. São Paulo: Leya, 2009.

OLIVEIRA 1, Benícia Couto de. A Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945). 1999. Dissertação (Mestrado em Historia).

PALMEIRAS, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, Leonilde ET AL. Assentamentos rurais: Uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.p. 49-65.

SANTOS, Pollyana Martins; Afonso de Paula dos. Área de preservação permanente e reserva legal, pontos principais aplicados a engenheiros e agrimensores. – Universidade Federal de Viçosa, Engenharia de Agrimensura e Cartografia. 2011. Disponível em: htt

SCHWENGBER, Isabel. Quando o MST é notícia, Dourados-MS, Editora UFGD, 2008.

SOUZA, Claudio Freire de. A terra e o homem: A luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1992.

SPRANDEL, Maria Anita. Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional da Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operaria inglesa: A árvore da liberdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

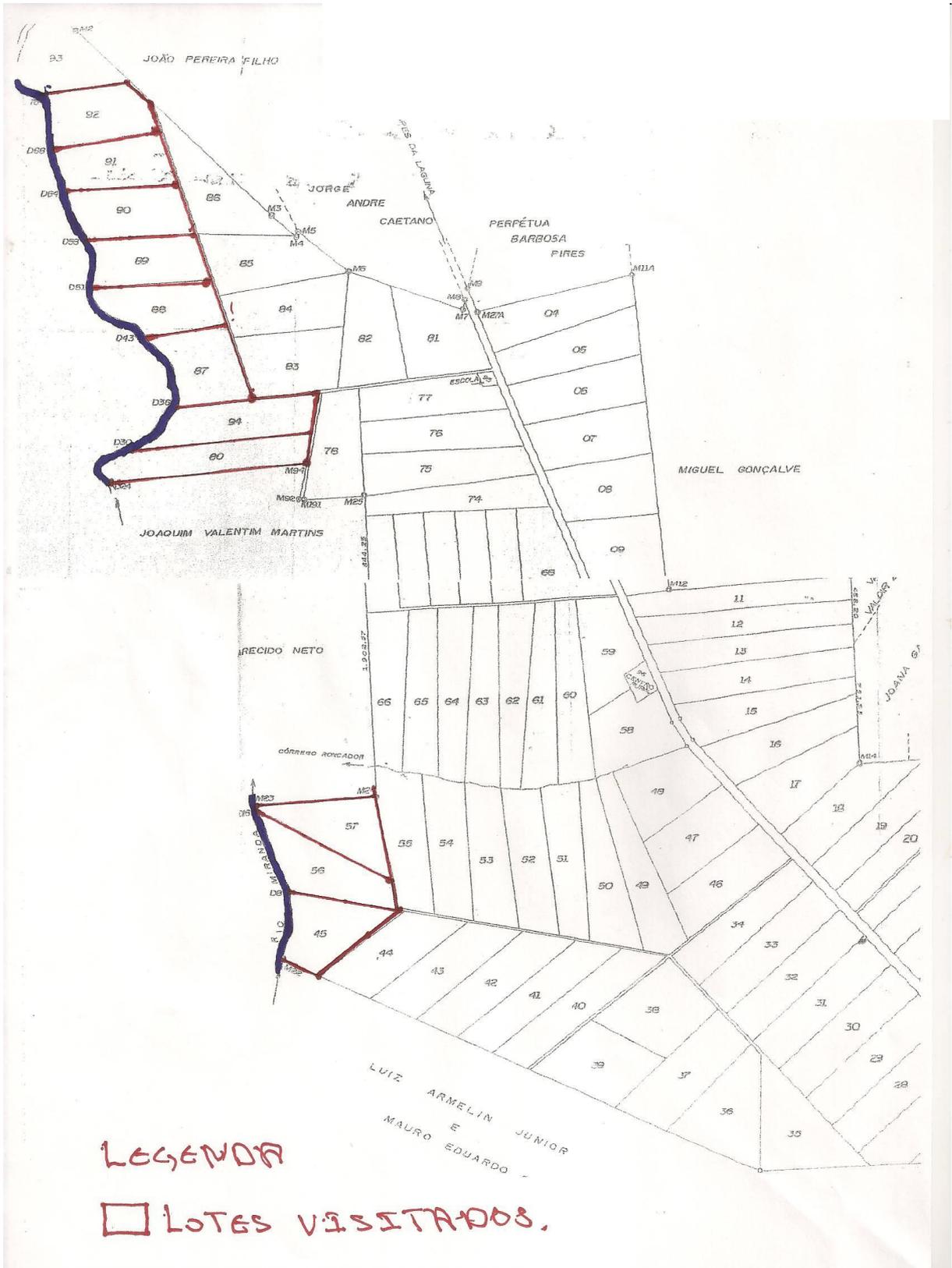
SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Ver. Florianópolis - SC: EdUFSC, 1989.

PEREIRA, Humberto Mello. A formação da pequena propriedade no pantanal sul-matogrossense: Os Assentados e os sem-terra em Corumbá (1983-1996). Corumbá: CEUC\UFMS, 1997. (Mimeogr.)

TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. O desenvolvimento da agricultura matogrossense: 1970\85. *Perspectivas*, São Paulo, v. 14, p. 113-140, 1991.

ANEXOS

ANEXO A: IDENTIFICAÇÃO DOS LOTES VISITADOS



ANEXO B: Questionários aplicados aos assentados

1) Quantas pessoas residem no lote?

1 2 3 4 mais de 4

2) Quantas pessoas dependem da produção do lote ?

1 2 3 4 mais de 4

3) A produção do lote depende de:

gado leiteiro produção agrícola gado de corte hortaliças.

outros

4) É assentado ou adquiriu o lote?

sim não

5) A quanto tempo comprou o lote?

2 anos 4anos 8anos 12 anos mais de 12 anos

6) Recebe visita do INCRA?

sim não

7) Recebe financiamento?

sim não

8) A EMPAER está dando a assistência técnica necessária?

semanalmente mensalmente as vezes raramente

9) Quando recebeu ou adquiriu o lote quantos hectares haviam de matas ciliares?

1 3 5 7 mais de 7

10) E quantos têm hoje?

1 3 5 7 mais de 7

11) O que pensam sobre reflorestamento?

ruim regular bom muito bom ótimo

12) Gostariam de reflorestar?

sim não

13) Na sua opinião, seria importante que os órgãos públicos, produzissem mudas nativas para reflorestamentos de pequenas propriedades?

sim não

14) Pesca?

Com freqüência de vez em quando raramente nunca.

ANEXO C: Álbum Fotográfico do Rio Miranda: Assentamento Retirada da Laguna-MS



Percurso do Rio Miranda



Ausência de Matas Ciliares



Rede de pesca abandonada no rio



Peixe devolvido ao seu habitat



O rio sem assoreamento



O rio assoreado



O rio preservado



Se preparando para a descida do rio



Começo da descida do rio



Matas Ciliares preservadas



Camping à margem direita do rio Miranda



Pesqueiro Familiar